

Missão: Constituir-se em centro de excelência no campo do ensino superior, construindo uma educação comprometida com a ética, a cidadania e o conhecimento, resultando na formação de profissionais aptos a contribuírem no desenvolvimento da sociedade.



ANAIS

JORNADA ACADÊMICA E EMPRESARIAL 2025 – INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PILARES PARA O SUCESSO EMPRESARIAL

20 a 23 de outubro de 2025

**Umuarama
2025**



www.alfaumuarama.edu.br

JORNADA ACADÊMICA E EMPRESARIAL 2025 – INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PILARES PARA O SUCESSO EMPRESARIAL

Direção Geral

Esp. Juan Marco Hachicho Rodrigues

Direção Acadêmica

Me. Roberto Bianchi Catarin

Coordenação da Jornada Acadêmica e Empresarial 2025

Dr. Thiago Silva Prado

Coordenação dos ANAIS da Jornada Acadêmica e Empresarial 2025

Ma. Priscila Freire Martins Rosa

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(UNIALFA Faculdade, Umuarama – PR, Brasil)**

Jornada Acadêmica e Empresarial (3:2025, Umuarama, PR)

F382a Anais (do) III Jornada Acadêmica e Empresarial,
Umuarama, 20 de outubro a 23 de outubro de 2025, [recurso
eletrônico]/ UNIALFA Faculdade, Umuarama - Pr., 2025.

Tema: Inovação e desenvolvimento: Pilares para o Sucesso
Empresarial.
Varios Colaboradores.
ISSN: 2966-3822

Disponível em:

<https://www.alfaumuarama.edu.br//alphalab/anais>

1.Cooperativismo de credito. 2. Sustentabilidade. 3.
Capitalismo. 4. Infoproletariado - docencia. 5. SHEIN. 6.
Condições de trabalho. I. UNIALFA UMUARAMA. II.Titulo.

CDD 21.ed. 667.3

Aparecida Malagolini – CRB-9/1135

EXPEDIENTE, Vol.3, n.º1, 2025

COMISSÃO EDITORIAL

Thiago Silva Prado
Priscila Freire Martins Rosa
Roberto Bianchi Catarin
Suelen Cristina de Lima Pissiním

CURSOS ENVOLVIDOS

Administração. Ciências Contábeis. Marketing. Processos Gerenciais e áreas afins

COORDENADOR GERAL

Thiago Silva Prado

COORDENADORA DOS ANAIS

Priscila Freire Martins Rosa

PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO

Ana Paula O. Becker Alvarenga. Gisele Reis dos Santos. Patrícia Fernandez Rua dos Santos. Priscila Freire Martins Rosa. Rafael Moretto Barros. Suelen Cristina de Lima Pissiním. Thiago Silva Prado.

ACADÊMICOS DA INSTITUIÇÃO E COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDOS NO PROJETO

Ana Julia Lopes da Silva. Ana Luiza Bornia Carbonieri. Carla Cristina de Souza. Cleide Rodrigues de O. Duarte. Cristiane M. Feniman Moritz. Daniel Fuverki Hey. Daniel Lima Veiga. Daniele Lopes dos Santos. Danilo Augusto Maia. Felipe Molina Moretti Dantas. Fernando Clavisso Fernandes. Fernando Vinicius da Costa. Gilmar Alexia S. Oliveira. Geovanna Carmo da Cunha. Henrique Dias R. Neto. João Gabriel Grande. João Gabriel P. Pelegrineli. Maria Eduarda F. Amadeu. Maria Eloisa B. da silva. Pedro Henrique Maia. Rafaela de Souza Rocha. Renato Aparecido Teixeira. Ricardo Botelho Camargo. Yasminn Zagonel.

Revisão

Thiago Silva Prado
Priscila Freire Martins Rosa

Bibliotecária

Aparecida Malagolini

Umuarama
2025

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	7
3 RESUMOS EXPANDIDOS.....	8
3.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SUSTENTABILIDADE: INCLUSÃO FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL NO MERCADO FUTURO	8
3.2 INFOPROLETARIADO DOCENTE: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES	13
3.3 O PREÇO INVISÍVEL DA MODA: TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO CASO SHEIN	19
3.4 O SENTIDO ONTOLÓGICO DO TRABALHO E A LACUNA NA DOCÊNCIA PRECARIZADA.....	24
3.5 TECNOLOGIAS INFORMATIZADAS E A MANIPULAÇÃO DAS MASSAS	30
4 RESUMOS SIMPLES	35
4.1 A CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NO SUPORTE À GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO...35	
4.2 A GESTÃO DE CRÉDITO DE CARBONO E A MERCANTILIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	36
4.3 ADULTIZAÇÃO INFANTIL E O TRABALHO DE MENORES NAS REDES SOCIAIS	37
4.4 CIDADE E MOEDA NA HISTÓRIA: CONSTANTINO E CONSTANTINOPLA, UMA NOVA CAPITAL PARA O IMPÉRIO ROMANO	38
4.5 COOPERATIVISMO: BRECHAS DE RESISTÊNCIA NO LABIRINTO DO TRABALHO PRECÁRIO	39
4.6 CONTABILIDADE INTELIGENTE: O IMPACTO DA ERA DIGITAL PARA OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	40
4.7 DADOS “NÃO SENSÍVEIS” COMO VETOR PARA ENGENHARIA SOCIAL: RISCOS DE REIDENTIFICAÇÃO E USO EM <i>PHISHING</i>	41
4.8 DETECÇÃO DE ADULTERAÇÃO EM ÓLEOS ESSENCIAIS UTILIZANDO TÉCNICAS DE FTIR COMBINADAS COM APRENDIZADO DE MÁQUINA	42
4.9 DOMAIN-DRIVEN DESIGN COMO PONTE ENTRE NEGÓCIO E TECNOLOGIA: MODELAGEM COM LINGUAGENS DIVERGENTES	43

4.10 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: TRANSFORMAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	44
4.11 FUTURO DO TRABALHO E APRENDIZAGEM: REQUALIFICAÇÃO E FLUÊNCIA DIGITAL NA ERA DA IA.....	45
4.12 IA E MARKETING: A FRONTEIRA ENTRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E RESPONSABILIDADE ÉTICA	46
4.13 MARKETING DIGITAL E EXPERIÊNCIA TURÍSTICA COM PRODUTOS DE BASE SENSORIAL	47
4.14 MOBBING: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO TRABALHO	48
4.15 O IMPACTO DA IA GENERATIVA NA SEGURANÇA DO CÓDIGO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE PRODUTIVIDADE E VULNERABILIDADE.....	49
4.16 O PAPEL DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DECISÓRIOS DAS ORGANIZAÇÕES	50
4.17 PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS FAMILIARES	51
4.18 QUANDO O CAMPO PLANTA O AMANHÃ: AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE EM SINTONIA	52
4.19 SÍNDROME DE BURNOUT DIGITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	53
4.20 SUSTENTABILIDADE COMO VANTAGEM COMPETITIVA: O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO ESTRATÉGICA	54
4.21 TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO	55

1 APRESENTAÇÃO

Os ANAIS da **Jornada Acadêmica e Empresarial 2025** contemplam os resultados dos trabalhos apresentados na semana acadêmica dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Processos Gerenciais e Marketing. Dessa forma, os conteúdos, palestras, atividades e ações são especificamente voltadas para a área de Gestão Organizacional e Formação Complementar dos egressos. A comunidade participa da ação, desenvolvendo seu conhecimento e também por meio da apresentação de resumos e resumos expandidos. Em 2025 o evento integrou um projeto regional, por meio de parceria com o SEBRAE no INOVA Arenito.

O objetivo dos ANAIS envolve a promoção do conhecimento, integração e o trabalho em equipe entre os estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Processos Gerenciais e Marketing, em parceria com a comunidade externa, despertando o interesse sobre temas atuais relevantes à sociedade e a gestão de empresas. Objetiva-se ainda em promover o conhecimento na área da gestão; proporcionar a interação dos acadêmicos dos cursos da área de gestão e afins; estimular as relações interpessoais e sociais, por meio das atividades propostas; despertar o senso de liderança e responsabilidade social; incentivar a participação em atividades extraclasse; desenvolver atividades que possibilitem a associação da prática aos conceitos teóricos trabalhados em sala de aula; e apresentar o resultado de pesquisas, por meio de um periódico científico com anais do evento.

A atividade científica fomenta a discussão sobre temas atuais na área de gestão, incentivando a interdisciplinaridade para a promoção de interesses em outras áreas correlatas, ampliando a visão profissional dos estudantes e a capacidade de trabalho em equipe. Os ANAIS resultados da semana acadêmica dos cursos se justificam pela necessidade de avaliar o nível de conhecimento dos estudantes, incentivando a participação consciente dos temas abordados, bem como na elaboração de trabalhos de pesquisa.

2 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Dia 20/10: (noite de abertura do evento)

Início às 19 horas: apresentação cultural e recepção dos participantes pelas coordenações de curso e direções.

Palestra: Além do Hype: o papel da IA na inovação (Palestrante: **ME. DANIEL FUVERKI HEY** – Mestre em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade de Lisboa/Portugal, graduado em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), e especialista em Gestão de Projetos pela Unicesumar. CEO/Fundador da Neuron edtech, Inovação+aprendizagem e Coordenador de Formação e Inovação - NUIA (Núcleo de IA) ACIM/Empreender.

Dia 21/10: (noite de inovação)

Início às 19 horas: abertura do evento e recepção dos participantes com música.

Palestra: Inova Arenito 2025 e UniALFA: ambientes de inovação e o desenvolvimento de startups na região de Umuarama/PR (Palestrante: **ME. ANDRÉ TURETA** - Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019). Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá em 2008, especialista em Controladoria e Finanças em 2012 pela Universidade Paranaense. Consultor credenciado pelo SEBRAE. Apresentação dos projetos envolvidos no Startup GARAGE SEBRAE, SICOOB e UniALFA

Dia 22/10: (oficinas temáticas)

Início: 19horas

Oficina 1 – Inovação e Desenvolvimento de Empresas

Sala 02 da UniALFA - Horário: das 19h00 às 22h00

Com o convidado Ricardo Botelho Camargo

Oficina 2 – Contabilidade e Gestão Financeira na prática

Sala 31 da UniALFA - Horário: das 19h00 às 22h00

Com o convidado Max Rocinholi da Somos Valor

Oficina 3 – Marketing e Inovação na atualidade

Sala 32 da UniALFA - Horário: das 19h00 às 22h00

Com os convidados Matheus e Victor – AirVision

Dia 23/10: (noite de apresentações de trabalhos)

3 RESUMOS EXPANDIDOS

3.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO E SUSTENTABILIDADE: INCLUSÃO FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL NO MERCADO FUTURO

RENATO SERGIO FERRAREZE*¹

RESUMO

O artigo analisa o papel das cooperativas de crédito como modelo organizacional alinhado à tríade da sustentabilidade. Em muitas cidades brasileiras, essas instituições representam a única alternativa de acesso a serviços financeiros, assegurando inclusão social e desenvolvimento regional. Destaca-se a governança democrática, que garante participação igualitária dos associados e aproxima a gestão das necessidades comunitárias. A análise contempla ainda a capilaridade territorial, o apoio às micro e pequenas empresas e a redistribuição das sobras, que reinjeta recursos na economia local e amplia a circulação de renda. Reconhecem-se, contudo, limites e contradições, como o risco de “bancarização” e os desafios de manter a representatividade, concluindo-se que o cooperativismo de crédito constitui experiência ética, inovadora e transformadora.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito. Sustentabilidade. Desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

A busca pelo equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, conhecidas como a tríade da sustentabilidade, tem se tornado uma exigência inadiável no mundo contemporâneo. Organizações de diferentes setores são pressionadas a repensar suas práticas, de modo a alinhar a geração de valor econômico ao compromisso com a justiça social e à preservação ambiental. Nesse contexto, o debate sobre modelos alternativos de gestão organizacional ganha centralidade, especialmente diante das desigualdades regionais que ainda marcam o sistema financeiro brasileiro. As cooperativas de crédito emergem como uma dessas alternativas ao aliar eficiência financeira a práticas de redistribuição de resultados.

Diferentemente dos bancos tradicionais, que priorizam a remuneração de acionistas, as cooperativas devolvem sobras líquidas proporcionalmente às operações de seus associados, reinserindo recursos diretamente nas comunidades

¹ *Especialista em Gestão Estratégica de Negócios, Docente da Faculdade Alfa Umuarama. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. renato_ferrareze@hotmail.com

em que atuam. Essa dinâmica fortalece a circulação de renda e amplia a inclusão financeira, sobretudo em regiões com baixa presença bancária.

O município de Ivaté, no Paraná, com cerca de 8,7 mil habitantes (IBGE, 2022), ilustra esse cenário: conta apenas com uma agência do Sicoob, e seus moradores dependem de deslocamentos a cidades vizinhas para acessar bancos comerciais. Nesse caso, a cooperativa não é apenas conveniência, mas fator decisivo de inclusão social. Entre 2019 e 2023, mais de R\$ 2 bilhões foram devolvidos aos cooperados no Paraná, reforçando o papel das cooperativas como agentes de desenvolvimento regional e inclusão financeira (Sistema Ocepar, 2023). Além do resultado econômico, a governança democrática é um diferencial que sustenta o caráter social do cooperativismo.

Como destacam Jacques e Gonçalves (2016), a condição de cooperado, ao mesmo tempo cliente e proprietário, confere às decisões coletivas maior legitimidade, aproximando os objetivos da instituição das necessidades reais da comunidade. Diante desse panorama, o presente trabalho busca refletir sobre o papel das cooperativas de crédito enquanto organizações que articulam sustentabilidade, ética e inovação.

2 DESENVOLVIMENTO

As cooperativas de crédito organizam-se segundo o princípio da gestão democrática, em que cada associado dispõe de um voto nas assembleias, independentemente do capital subscrito. Essa arquitetura decisória distribui poder entre a base social e orienta o desenho institucional, influenciando rotinas, controles e prioridades estratégicas da organização.

A literatura identifica a chamada dupla qualidade do cooperado, simultaneamente usuário e proprietário, como elemento que aproxima a gestão do cotidiano dos membros. Essa condição tende a alinhar incentivos entre prestação de serviços e decisões de longo prazo, favorecendo agendas que consideram eficiência econômica e necessidades da comunidade de referência (Jacques; Gonçalves, 2016).

No plano sistêmico, a presença do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional tem se ampliado, com participação de 6,8% do crédito total em

2023 e atuação em cerca de 80% dos municípios brasileiros. Esse alcance territorial embute uma implicação de governança: decisões tomadas sob a lógica “um membro, um voto” precisam contemplar realidades socioeconômicas diversas, o que reforça mecanismos de representação e transparência organizacional (BACEN, 2023).

Essa lógica interna de governança não permanece restrita ao espaço institucional, mas se reflete em efeitos territoriais concretos. A presença das cooperativas em municípios de pequeno porte, como Ivaté no Paraná, evidencia o papel dessas instituições em contextos onde o sistema bancário tradicional é inexistente. Entretanto, não se trata de um caso isolado: em 2023, o Banco Central registrou 368 municípios brasileiros atendidos exclusivamente por cooperativas de crédito, além de outros 97 que passaram a contar com esse serviço pela primeira vez, em contraste com o fechamento de dezenas de agências bancárias convencionais (BACEN, 2024). Esses dados demonstram que a governança democrática se traduz em capilaridade territorial e impacto social mensurável, inserindo as cooperativas como agentes centrais de inclusão financeira em diferentes regiões do país.

Esse impacto territorial se conecta diretamente ao tecido produtivo local. As micro e pequenas empresas (MPMEs), responsáveis por oito em cada dez novos empregos formais criados no Brasil em 2023 (SEBRAE, 2024), encontram nas cooperativas de crédito uma fonte relevante de financiamento. Ao oferecer linhas de crédito ajustadas às condições regionais, essas instituições ampliam a capacidade de investimento de pequenos empreendedores e asseguram a continuidade de negócios que constituem a base econômica de muitas comunidades. Em algumas cooperativas, cerca de 30% da base de associados é formada por MPMEs, que concentram aproximadamente 38% do crédito concedido, evidenciando a sintonia entre a governança cooperativa e a realidade produtiva local (Mundocoop, 2025).

Outro instrumento que reforça esse impacto é a redistribuição das sobras. No Paraná, mais de R\$ 2 bilhões retornaram aos cooperados entre 2019 e 2023, recursos reinseridos na economia por meio do consumo, do fortalecimento do comércio e do investimento em atividades produtivas (Sistema Ocepar, 2023). Em determinados contextos, esse retorno representa um complemento relevante à renda das famílias, funcionando de maneira semelhante a políticas públicas de

transferência de renda e ampliando a segurança econômica de comunidades que dependem de fluxos locais de capital (Jacques; Gonçalves, 2016).

Contudo, a trajetória de expansão do cooperativismo de crédito não está isenta de limites e contradições. O crescimento acelerado impõe desafios de governança, sobretudo para manter a representatividade democrática em bases sociais cada vez mais amplas e heterogêneas. Além disso, há o risco de “bancarização” do modelo, quando práticas voltadas unicamente à eficiência financeira tendem a enfraquecer a participação comunitária e os princípios originais do cooperativismo.

3 CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho permitem compreender que o cooperativismo de crédito ocupa um espaço singular no cenário organizacional contemporâneo. Ao articular governança democrática, redistribuição de resultados e presença territorial, essas instituições demonstram que é possível alinhar sustentabilidade econômica com inclusão social de forma concreta e mensurável. O caso de municípios de pequeno porte, onde a cooperativa se apresenta como a única instituição financeira, revela de maneira clara o papel de agente de transformação que essas organizações assumem.

O impacto não se restringe ao acesso a serviços bancários, mas se estende à dinamização do tecido produtivo, em especial no apoio às micro e pequenas empresas, responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no país. Esse vínculo fortalece a economia local, amplia oportunidades e contribui para a redução de desigualdades regionais, traduzindo na prática o compromisso com a tríade sustentável que orienta o debate acadêmico e institucional.

Outro aspecto relevante é a devolução das sobras, que reinjeta recursos diretamente nas comunidades e funciona como um mecanismo de redistribuição de renda. Essa prática aprofunda a relação entre cooperados e cooperativas, reforçando a legitimidade do modelo e fortalecendo a confiança necessária para sua continuidade e expansão.

Entretanto, reconhecer os limites e contradições do modelo é parte essencial da análise. O risco de “bancarização” e a necessidade de manter a

representatividade democrática em bases cada vez mais heterogêneas apontam para desafios que não podem ser negligenciados. A expansão das cooperativas precisa ser acompanhada de mecanismos que garantam fidelidade a seus princípios fundadores e assegurem o equilíbrio entre eficiência financeira e compromisso comunitário. Assim, o cooperativismo de crédito mostra-se não apenas como uma alternativa organizacional, mas como uma experiência que oferece pistas concretas para a construção de um mercado futuro mais ético, inovador e comprometido com o desenvolvimento coletivo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Economia Bancária 2023**. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 1 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo 2023**. Brasília: BCB, 2024. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/relatorio_panoram_a_cooperativas_2023_FINAL.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Nota – Panorama do SNCC (atualizações 2024)**. Brasília: BCB, 4 jul. 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20753/nota>. Acesso em: 3 set. 2025.

JACQUES, Paulo; GONÇALVES, Maria. **O cooperativismo de crédito no Brasil e seus impactos econômicos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MUNDOCOOP. **Cooperativismo financeiro impulsiona o crescimento das micro, pequenas e médias empresas no Brasil**. 15 ago. 2025. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/economia-negocios/cooperativismo-financeiro-impulsiona-o-crescimento-das-micro-pequenas-e-medias-empresas-no-brasil/>. Acesso em: 3 set. 2025.

SEBRAE. **Motores da economia: micro e pequenas empresas geraram 8 em cada 10 empregos em 2023**. Brasília: Sebrae/Agência Sebrae, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/motores-da-economia-micro-e-pequenas-empresas-geraram-8-em-cada-10-empregos-em-2023/>. Acesso em: 3 set. 2025.

SISTEMA OCEPAR. **Anuário do Cooperativismo Paranaense**. Curitiba: Sistema Ocepar, 2023. Disponível em: <https://www.sistemaocepar.coop.br>. Acesso em: 31 ago. 2025.

3.2 INFOPROLETARIADO DOCENTE: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES

CARLA CRISTINA DE SOUZA *²
THIAGO SILVA PRADO**

RESUMO

O texto aqui apresentado tem como objetivo analisar de forma sucinta e crítica a categoria do infoproletariado docente por meio da Teoria Marxista, tendo a colaboração de Ricardo Antunes. O procedimento metodológico elencado foi a pesquisa bibliográfica, caminhando por autores clássicos e contemporâneos que abordam a categoria. O trabalho para Marx é considerado fundante da existência humana. Quando observado pela lógica do capital, assume um papel alienado, transformando-se em mercadoria e submetendo o trabalhador à exploração e à precarização. Na atualidade, o capitalismo tem passado por uma metamorfose, materializando-se por meio da plataformização, fenômeno registrado pelo envolvimento das atividades outrora realizadas de forma analógica pelas tecnologias digitais informatizadas. A partir de sua nova configuração emerge o infoproletariado, conhecido por um grupo de trabalhadores submetidos diariamente à perda da autonomia e à precarização do seu trabalho, mecanizando toda a interação humana. A docência aparece nesse contexto evidenciando a contradição, pois ora é produtora do saber, ora é instrumento do capital. Após a elaboração deste texto, considera-se que compreender o infoproletariado docente é o caminho para refletirmos criticamente sobre a precarização do trabalho imaterial no Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo. Docência. Infoproletariado.

1 INTRODUÇÃO

Para refletirmos sobre o trabalho, utilizaremos a perspectiva da Teoria Marxista. Marx e Engels (2007), fundadores do Materialismo Histórico-Dialético, ressaltam que o trabalho na perspectiva ontológica é fundante no que tange a existência humana. Ainda segundo os autores, é na sua relação com a natureza que o homem se forma, pois ocorre não somente a produção de materiais para sua existência, mas também surgem novas formas de socializar. No entanto, é preciso que saibamos que sob o viés da lógica do capital, o trabalho pode ser um instrumento de alienação e exploração.

Na atualidade, as formas como o capital organiza suas engrenagens compromete significativamente as relações de trabalho. Surgem, como se observa em Antunes (2020), novos formatos de exploração. Trabalho intermitente, terceirização e tantos outros modelos que levam o ser humano ao extremo, incluindo

² *Pedagoga e Psicóloga, Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá-PR. psicocarlacsouza@gmail.com

**Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas (CAGEEM). Docente e coordenador do núcleo de gestão da Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. prof.thiagoprado@gmail.com

o sofrimento psíquico. Além disso, devido ao desenvolvimento da informática e suas possibilidades de comunicação contemporâneas, nada fica imune. Ou seja, os trabalhos que eram realizados de forma analógica, com interação humana, passam a funcionar por meio de plataformas e tecnologias advindas da rede mundial de computadores. Como ressalta Antunes (2020), surge o infoproletariado.

O contexto educacional não é poupado, sendo o docente integrado, quase que constantemente a essa nova modalidade, onde são submetidos a precarização intensa, mercantilização, plataformização entre outros. Nessa perspectiva, este breve texto busca analisar o infoproletariado docente, na tentativa de compreender como os docentes estão imersos a essa nova categoria que os atravessa explorando o seu trabalho intelectual por meio da lógica mercadológica e financeirização do capital.

Este trabalho refere-se a uma revisão bibliográfica fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1983) convergindo na perspectiva contemporânea com as reflexões de Antunes (2020). Tendo em vista a complexidade que perpassa o trabalho imaterial do docente e as variadas formas de exploração e precarização desse trabalho, faz-se necessário que novas investigações sejam elaboradas. Para tal, sugerimos que utilizem na produção bibliográfica formas qualitativas a fim de ampliar a compreensão acerca da precarização do trabalho docente em relação ao infoproletariado.

Ressaltamos a necessidade de que esse objeto de estudo seja esmiuçado e que desperte interesse em pesquisadores de vários campos do saber, para contribuir com a valorização da docência, tema esse, que tem grande relevância social e que carece de amplo debate e pesquisas, sobretudo no Brasil, que tem sua história atravessada por falta de reconhecimento desses profissionais e imensa desigualdade educacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

Para Marx (1983, p.149) “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. No entanto, a ação não produz somente objetos: produz a sua existência e a sua subjetividade, sendo, portanto, a base para

a vida social do indivíduo. No contexto do capitalismo, a força de trabalho transforma-se em mercadoria, de forma alienada, retirando do trabalhador o produto da sua atividade humana e entregando-o ao capital. Esse movimento não atravessa somente o trabalho manual, mas o intelectual por consequência.

Antunes (2020) alerta sobre essa mudança contemporânea do trabalho, que se movimenta de um trabalho que se reduzia a fábricas e indústrias, para um trabalho que inclui terceirizações, plataformas digitais e informatização. Diante desse cenário, emerge então a categoria do infoproletariado, trabalhadores que reproduzem e produzem informações, mas que os fazem sob um contexto de perda de autonomia, exploração e precarização maciça. De acordo com Cavazzani, Santos e Lopes (2024, p. 212):

Em pouquíssimo tempo, professores e demais profissionais da área educacional precisaram se adaptar às novas exigências, mergulhando em processo disruptivo de transformação de suas práticas pedagógicas, inclusive, da gestão educacional, nas quais as tecnologias digitais, que já vinham ganhando importância, passaram a figurar no centro das atenções.

O trabalho produzido pela docência, que na teoria de Marx (1983) é tratado como trabalho imaterial, se apresenta como algo longe de encontrar a sua libertação, caminha cada vez mais para a produção acadêmica cobrada incessantemente, pelas milhares de plataformas que precisam se adequar e alimentar, pela crescente padronização de currículos e avaliações incontáveis.

Na perspectiva crítica, o trabalho imaterial seria aquele que tem bases intelectuais. Pode ocorrer como serviços, gestão e processos produtivos que resultam do conhecimento e da informação. Portanto, a informação, conhecimento e saber são o cerne do trabalho imaterial. De acordo com Amorim (2014, p.34) “o trabalho imaterial é apresentado como um trabalho sem substância física e que tem sua fonte predominante em trabalhos intelectuais”. Destarte, o trabalho docente se enquadra nessa categoria.

Desse modo, o docente que sempre foi visto como detentor do saber (embora não reconhecido como tal), está cada vez mais submetido à lógica do capital, se afastando da sua função real. Sua atuação caminha a passos largos para um trabalho imaterial precarizado, que cresce exponencialmente e que adoece milhares

todos os dias. O infoproletariado docente, vive um dualismo, ora produtor de conhecimento e saberes, ora instrumento e objeto do capital. A docência vai se afastando, dessa forma, da sua atual função e se aproxima ao trabalho que produz valor, que produz material, tornando o professor como alguém totalmente controlado pelo capital e imenso a precarização.

Desde a educação básica até o ensino superior vem sendo incorporadas tecnologias informatizadas, ditas digitais, que favorecem bem mais a questão das desigualdades e do enfraquecimento educacional, tanto do docente, quanto do estudante, do que o contrário, ou seja, da realização de uma formação para emancipação, capaz de dar aos indivíduos as condições necessárias para pensarem com autonomia e agirem no mundo com reflexão crítica (Adorno, 2022).

Quando Antunes (2020) expõe as novas formas de precarização do trabalho, chegando ao infoproletariado, no qual os trabalhadores tornam-se reféns da venda de sua força de trabalho para as plataformas, denuncia também um modelo crescente, o qual a princípio envolveu motoristas por aplicativos, mas que hoje materializa-se em questões educacionais, nas quais é quase impossível vislumbrar um retorno.

Algumas esperanças começam a despontar por meio de políticas públicas educacionais, mas que ainda são decisões tímidas, que precisam de continuidade do governo atual para que possam funcionar. Por meio do novo marco regulatório da educação a distância no Brasil (Decreto nº 12.456 de 19 de maio de 2025), o poder público começa a dar pistas de um novo modelo de organização do trabalho docente. Até então, o país vinha abrindo as portas para a flexibilização digital, mas a partir do novo marco surgem regras mais refinadas, indicando que as coisas podem, em algum momento, melhorar.

Espera-se que essa classe trabalhadora tão importante para o desenvolvimento da sociedade seja preservada do sequestro de sua função. Como Adorno (2022) destaca, o papel do docente deve ser aquele que leva os indivíduos a superar suas condições iniciais, devendo agir para que cada estudante consiga evoluir como pessoa e como agente social, rompendo com a lógica da sociedade administrada. Para o autor, as pessoas devem formar-se com o máximo de desenvolvimento, para que sejam, realmente, livres e emancipadas, capazes de decidirem por si, percebendo com clareza e crítica o mundo no qual estão inseridas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve como objetivo inicial analisar criticamente a categoria do infoproletariado docente. Foi apurado que a docência enfrenta um longo processo de precarização como foi explicitado à luz da Teoria de Marx e com a colaboração de autores contemporâneos. O sequestro da subjetividade, dentro do infoproletariado, acontece quando evidentemente ocorre a captação intelectual pelo capital, tendo o docente, seu saber e conhecimento transformado em mercadoria pela lógica capitalista. Submetido a padronizações, plataformizações e cobranças por resultados que afastam a função da educação como emancipadora, humanizada e transformadora. A contradição se faz evidente, quando ora o docente é agente de transformação social, ora é instrumento de reprodução do capital. O trabalho imaterial, que deveria representar a liberdade e reflexão crítica, passa a ser motivo de adoecimento, devido ao desgaste e a alienação.

Não é aceitável ficar somente no campo da crítica ao que vem acontecendo, tampouco, acreditar que a denúncia mudará o cenário. É preciso que a luta se intensifique na busca por políticas públicas que atendam o interesse da educação e não o interesse do capital. É urgente que a prática pedagógica, as pesquisas e os interessados pela educação se mobilizem a fim de garantir que a emancipação da educação seja o cerne desse movimento, resistindo à lógica mercantil e tomando para si, o lugar de mediador em busca da formação integral e da transformação da sociedade.

A pesquisa aqui apresentada abre novos horizontes para pesquisas futuras, que discorrem sobre o impacto da informatização e das tecnologias no processo educacional, assim como a sua relevância para a subjetividade dos docentes. Investigações que perpassam o contexto histórico educacional e social, que abordem o trabalho imaterial serão uma grande contribuição para a emancipação da educação. É preciso que identifiquemos o trabalho docente não somente como uma categoria profissional, mas como imprescindível para a construção da sociedade. Sociedade esta, que reconhece o trabalho do intelectual docente como histórico e indispensável para a formação e fortalecimento da democracia e dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. 4. ed. São Paulo: Paz e terra, 2022.

AMORIM, H. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, jan/abr 2014.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAVAZZANI, A.L. M; SANTOS, R.O; LOPES, L.F: Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 209-228, jan/abr 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital V. I**, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

3.3 O PREÇO INVISÍVEL DA MODA: TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO CASO SHEIN

MARIA ELOISA BENEVIDES DA SILVA*³

ANA LUIZA BORNIA CARBONIERI**

RESUMO

O presente estudo analisa o modelo de negócios da SHEIN e seus impactos na realidade trabalhista de sua cadeia produtiva. A pesquisa baseia-se na análise documental de fontes como artigos acadêmicos, reportagens e documentários. Os resultados demonstram que o sucesso da empresa, impulsionado por estratégias digitais durante a pandemia, está intrinsecamente ligado a violações trabalhistas sistemáticas. Identificaram-se condições análogas à escravidão, incluindo jornadas de até 75 horas semanais, baixa remuneração por peça produzida e casos de trabalho infantil. Conclui-se que há uma disparidade evidente entre o discurso corporativo e as práticas fabris, reforçando a necessidade de conscientização dos consumidores e a adoção de alternativas éticas ao atual modelo de produção.

Palavras-chave: SHEIN. Fast Fashion. Condições de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do *fast fashion* transformou radicalmente o setor de vestuário nas últimas décadas, popularizando o consumo acelerado de roupas por meio de preços baixos e lançamentos constantes de novas coleções. Nesse contexto, a SHEIN surgiu como uma das empresas mais representativas desse modelo, alcançando uma escala global impressionante em pouco tempo. Sua trajetória exemplifica como as plataformas digitais e as redes sociais podem impulsionar o crescimento de uma marca de moda.

No entanto, por trás do sucesso comercial e da popularidade entre os consumidores, persistem graves questionamentos sobre as condições de produção que permitem preços tão reduzidos. Relatórios e investigações jornalísticas têm revelado sistematicamente violações trabalhistas em fábricas que produzem para a marca. Essa contradição entre o sucesso de mercado e as práticas trabalhistas constitui um problema relevante para a discussão sobre consumo ético e responsabilidade corporativa. Com isso, esta pesquisa tem como objetivo analisar o modelo de negócios da SHEIN e seus impactos sociais e trabalhistas.

³ *Especialista em Gestão Contábil e Financeira, Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Umuarama/PR. Atua na empresa e/code digital - mariaeloisabenevides@gmail.com

**Graduanda em Direito, Universidade Paranaense (Unipar). Umuarama/PR. Atua no 1º Tabelionato de Notas de Cianorte - analucarbo@gmail.com

Especificamente, busca-se investigar a relação entre o sistema de produção da empresa e as condições de trabalho em sua cadeia produtiva. A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem qualitativa baseada em análise documental. Foram examinados artigos acadêmicos e reportagens de veículos reconhecidos internacionalmente.

2 DESENVOLVIMENTO

A empresa SHEIN foi criada na China, em 2012, por Chris Xu, um empresário do setor digital. No início, a empresa atuava no mercado de vestidos de noiva. Com o tempo, passou a vender roupas para o público feminino em geral e, posteriormente, expandiu suas operações para mais de 150 países ao redor do mundo (Carvalho; Vieira, 2023).

Durante a pandemia de COVID-19 em 2020, o comércio *online* mostrou-se a melhor opção devido às restrições que afetavam as lojas físicas. A situação fez com que os consumidores procurassem fazer mais compras pela internet. Com isso, a marca se aproveitou das redes sociais para promover seus produtos, utilizando-se de vídeos em plataformas como *YouTube*, *Instagram* e *TikTok*. Influenciadores digitais mostravam itens que haviam comprado na loja, apresentando os produtos fora das fotos oficiais. O possível cliente pode ver a opinião de quem já comprou, conhecendo melhor os itens sem precisar acessar o site da empresa, fato que atraiu milhões de consumidores (Carvalho; Vieira, 2023).

A SHEIN adota o sistema de produção conhecido como *fast fashion*, assim como diversas outras empresas do setor. Esse modelo, que se tornou comum no final do século XX, modificou a maneira como a moda é produzida e consumida. Suas principais características são a fabricação rápida, o lançamento frequente de novas coleções e a oferta de preços reduzidos (Rocca, 2025). Nesse sistema, as empresas observam as tendências de consumo de marcas famosas e, então, produzem em grande quantidade peças similares, porém com qualidade inferior. Dessa forma, elas conseguem assegurar uma maior aceitação e venda desses produtos no mercado (Ciarlini; Dantas, 2023).

Para suprir a constante demanda por produtos novos e baratos, as grandes marcas de *fast fashion* deslocam parte de sua produção para países com economias em desenvolvimento. Nessas localidades, a mão de obra possui custo reduzido e as

leis trabalhistas e ambientais são menos severas. Essa dinâmica de produção prioriza a competitividade e a diminuição de gastos em detrimento dos direitos humanos. Como resultado, surgem práticas como longas jornadas de trabalho, remunerações inadequadas, falta de registro na carteira, utilização de mão de obra infantil e situações comparáveis ao trabalho escravo (Locke, 2013).

Em um estudo da Universidade George Washington, a indústria da *fast fashion* emprega aproximadamente 75 milhões de pessoas em fábricas ao redor do mundo. Desse total, apenas 2% recebem um salário que pode ser considerado justo e adequado ao trabalho realizado (Nicioli, 2023). A SHEIN, por exemplo, consegue completar o processo de produção, do desenho do produto até a sua disponibilidade para venda no site, em apenas três dias. Essa velocidade recorde, combinada com a grande quantidade de peças, resulta em artigos de qualidade muito baixa, exigindo uma mão de obra mais barata para maximização dos lucros (Santos, 2024).

O documentário “Untold: Dentro da Máquina SHEIN”, produzido pelo canal britânico Channel 4 em outubro de 2022, revelou as condições de trabalho nas fábricas da marca. A produção mostrou a falta de garantia de direitos básicos, como remuneração justa e dias de descanso. Evidenciou que os funcionários possuem jornada de trabalho de até 18 horas por dia, durante os sete dias da semana, tendo apenas um único dia de folga por mês (Carvalho; Vieira, 2023), recebendo R\$ 0,20 (ou 0,27 yuan) por peça de roupa costurada. Sendo que em um único dia, chegam a produzir aproximadamente 500 peças. Além disso, caso seja identificado algum erro, a empresa aplica uma multa correspondente a dois terços do valor que o trabalhador receberia por um dia de trabalho. Outra prática mencionada é a retenção do primeiro salário mensal pela própria empresa, que não é pago ao funcionário (Araújo, 2022).

Embora a SHEIN tenha se comprometido publicamente a melhorar suas condições de trabalho, uma reportagem de 2025 da BBC China (Bicker, 2025) revelou que a situação real permanece inalterada nas fábricas investigadas. Os funcionários continuam submetidos a jornadas de aproximadamente 75 horas por semana, sem o descanso adequado. A prática viola a legislação trabalhista da China, que determina um limite de 44 horas semanais e exige pelo menos um dia de folga. Ademais, em 2024, a varejista encontrou dois casos de trabalho infantil em seus fornecedores, o mesmo número de 2023, após uma auditoria em um de seus fabricantes terceirizados, localizado na China (Reuters, 2025). Esses fatos

demonstram a discrepância entre o discurso corporativo e as práticas adotadas em sua cadeia de produção, evidenciando a persistência de infrações trabalhistas, mesmo com o aumento da fiscalização.

O trabalho análogo à escravidão constitui uma das violações mais graves aos direitos humanos e fundamentais. A compra de roupas pode ser uma forma de valorizar a autoestima e até representar um momento de bem-estar. No entanto, pouco se discute sobre a origem desses produtos. Muitas peças são confeccionadas por pessoas submetidas a condições de trabalho equivalentes à escravidão. Frequentemente, o consumidor não tem conhecimento ou não reflete sobre os processos envolvidos antes da aquisição do produto final. Os clientes acabam apoiando e incentivando, mesmo que de maneira indireta, a continuidade de condições de trabalho precárias para milhares de pessoas ao comprarem os produtos dessas marcas *fast fashion*.

Uma alternativa para reduzir o consumo de *fast fashion* e, conseqüentemente, combater a exploração trabalhista em suas fábricas, é a adoção do modelo conhecido como *slow fashion*, ou "moda lenta". Esse conceito promove uma forma de consumo mais sustentável, que valoriza a fabricação de roupas com respeito aos trabalhadores, ao meio ambiente e aos animais. Praticar o *slow fashion* envolve consumir menos e com mais consciência, além de apoiar a reutilização de peças, sistema também chamado de moda circular. Outro aspecto importante é dar prioridade às produções locais (Santos, 2024).

3 CONCLUSÃO

O modelo de negócios da SHEIN, embora comercialmente bem-sucedido, sustenta-se em práticas trabalhistas profundamente problemáticas. As evidências revelam uma discrepância persistente entre os compromissos públicos da empresa e a realidade em sua cadeia produtiva, onde as violações de direitos fundamentais permanecem. A busca por produção acelerada e custos baixos resulta em condições análogas à escravidão, incluindo jornadas exaustivas, salários irrisórios e até trabalho infantil, conforme documentado por fontes diversas e independentes. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de uma mudança estrutural no padrão de consumo. A transição para o modelo *slow fashion* apresenta-se não apenas como

uma alternativa de estilo, mas como um imperativo ético. Cabe aos consumidores, conscientizados sobre a origem dos produtos, assumir seu papel como agentes de transformação, optando por um consumo que valorize a transparência, a dignidade laboral e a sustentabilidade. Somente através de escolhas mais reflexivas será possível pressionar por mudanças significativas no setor.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Julio Cezar de. **Shein: como a moda fast fashion fatura às custas do trabalho escravo.** Mega Curioso. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/S2Nn>. Acesso em: 05 out. 2025

ARTUSO, Eloisa. **Rana plaza: o que aconteceu com a moda 10 anos depois do seu maior desastre?** Carta Capital. Disponível em: <https://shre.ink/S2N9>. Acesso em: 05 out. 2025

BICKER, Laura. **A verdade por trás da sua blusinha de R\$ 30 da Shein.** BBC China, Guangzhou, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/S2N1>. Acesso em: 05 out. 2025.

CARVALHO, Wanessa Adelaide Lisboa; VIEIRA, Manuela do Corral. **Por debaixo dos panos: os ditos e os não-ditos das estratégias de marca e de comunicação no e-commerce da SHEIN1.** 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2023.

CIARLINI, Maria Eduarda; DANTAS, Adriana Gomes Medeiros de Macedo. **O modelo de produção fast fashion e a exploração da mão de obra.** 2023. Disponível em: <https://shre.ink/S2VP>. Acesso em: 05 out. 2025

LOCKE, Richard M. **The Promise and Limits of Private Power: Promoting Labor Standards in a Global Economy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: DOI: <https://shre.ink/S2VY>. Acesso em: 5 out. 2025.

NICIOLI, Taylor. **O que é fast fashion e quais são os seus problemas?.** CNN Brasil, São Paulo, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://shre.ink/S2V4>. Acesso em: 05 out. 2025.

Shein reports two child labour cases in 2024 as it increased supplier audits. **Reuters**, 26 Fev. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/S2V6>. Acesso em: 05 out. 2025

ROCCA, Lady Ane de Paula Santos Della. **Trabalho escravo nas cadeias globais da moda: propostas para um marco estrutural preventivo.** 2025. 385 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

SANTOS, Amanda Alves dos. **Fashion law: o trabalho escravo na cadeia de produção da indústria da moda.** 2024. Disponível em: <https://shre.ink/S2V0>. Acesso em: 05 out. 2025.

3.4 O SENTIDO ONTOLÓGICO DO TRABALHO E A LACUNA NA DOCÊNCIA PRECARIZADA

CARLA CRISTINA DE SOUZA⁴

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a relação entre o sentido ontológico do trabalho e a precarização da docência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como fundamento o Materialismo Histórico-Dialético, perpassando entre autores clássicos e contemporâneos que dialogam sobre o trabalho como fundante da existência humana. De acordo com os propulsores do Materialismo Histórico-Dialético, Marx e Engels, o trabalho é atividade consciente que ao modificar a natureza se constitui como um ser histórico e social. Entretanto, ao caminharmos para a perspectiva da docência, fica evidente a contradição entre o trabalho docente imaterial e a precarização como instrumento do capital. Dessa forma, a lacuna entre a essência do trabalho e a sua realidade emerge, sendo atravessada pela precarização e o afastamento da sua função social e histórica.

Palavras-chave: Materialismo Histórico-dialético. Trabalho docente. Educação e trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a relação entre o sentido ontológico do trabalho e a precarização do trabalho docente. Para dar conta desse objetivo, a pesquisa apresenta sua metodologia como bibliográfica, tendo como fundamento o Materialismo Histórico-Dialético, se utilizando de autores clássicos e contemporâneos que convergem e dialogam. Parte do pressuposto que para compreender o trabalho como condição humana, é necessário que entendamos sua categoria ontológica.

Para os autores Marx e Engels, o trabalho é fundante e uma atividade consciente que vai além da produção de suas necessidades existenciais, é uma atividade que o constitui como sujeito social e histórico. Diante desse movimento dialético o homem modifica a natureza e é modificado por ela, criando assim, uma nova forma de existência. Quando nos movimentamos para o campo educacional, em especial, da docência, percebemos evidentemente a contradição entre o trabalho como fundante e as condições em que ele ocorre, principalmente no contexto educacional. Diante desse cenário, vimos que o trabalho docente que é um trabalho imaterial (intelectual) que deveria ser autônomo, crítico e cultural, mas se afasta

⁴ Pedagoga e Psicóloga, Mestranda em Educação pela PPE-UEM. MARINGÁ-PR. Atualmente em atendimento clínico. E-mail: psicocarlacsouza@gmail.com

dessa premissa e serve ao interesse do capital, tendo o seu fazer submetido a precarização. Portanto, a essência ontológica do trabalho e a realidade concreta do trabalho docente, se apresentam de forma contraditória e ficam visíveis.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O sentido ontológico do trabalho

Para refletirmos sobre o trabalho, é essencial que saibamos toda a sua dimensão ontológica, ou seja, conhecê-lo como categoria fundante da existência humana. De acordo com Marx e Engels, criadores do Materialismo Histórico-Dialético, o trabalho é o cerne do processo de humanização dos indivíduos. Para os autores, a relação entre o indivíduo e a natureza, ocorre quando ele a modifica e a adapta de acordo com suas necessidades existenciais. Esse movimento engendra algo novo, não apenas modificando e adaptando a natureza, mas iniciando novas condições e formas de existência. Ainda segundo Marx (2014, p. 2011), “o trabalho é exclusivamente humano”.

De acordo com Marx:

[...] defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2014, p. 211).

Dessa forma, a atividade laboral, o trabalho, é o que nos torna humanos e nos diferencia dos animais. Seguindo nesse viés, de acordo com Duarte (2013) os animais realizam atividades somente para necessidades vitais, não havendo mudanças nessa produção, o que o diferencia do homem que as realiza para atender as suas necessidades de sobrevivência, instaurando algo novo. Destarte, o trabalho, para o homem não se resume a uma atividade vital somente, como no caso dos animais, mas a sua atividade é consciente e carregada de sentido, demonstrando sua capacidade de planejar e dar um salto qualitativo em relação à realidade, Marx (2014).

Portanto, de acordo com Marx e Engels (2007), o homem desde o seu nascimento precisa de produções históricas produzidas por gerações anteriores, a fim de se apropriar delas. Desse modo, o indivíduo passa a ser norteado por determinações históricas e sociais, e com isso concebe modificações na sua forma de se relacionar com a natureza. Tomamos como referência o trabalho para compreender outros campos da vida social humana, uma vez que todas as áreas da vida humana se relacionam com ele como sendo a atividade principal da vida adulta. É, portanto, através do trabalho que o homem se constitui como um ser histórico e social.

Tendo o trabalho como fundante da existência humana, e sendo ele, condição para a humanização do indivíduo, a docência, na categoria laboral, levanta uma contradição quando refletimos sobre a sua precarização. Diante disso, o que constitui o indivíduo passa a perder o sentido enquanto essência, necessitando de uma reflexão crítica sobre essa cruel realidade, discorreremos sobre essa reflexão na próxima subseção.

2.2 A docência precarizada

Ao pensarmos na docência como uma forma de trabalho, acreditamos que essa deveria ser a expressão consciente e social da atividade humana. No entanto, na atualidade, a atividade vem enfrentando diversos desmontes e processos de precarização que comprometem a sua função social e histórica. Essa precarização pode ser observada na falta de reconhecimento dos profissionais, nas plataformizações, na instabilidade em alguns contratos de trabalho, excesso de cobranças, entre outros. Todo esse cenário nos aponta como a precarização da docência nos afasta do sentido ontológico do trabalho. É importante, inicialmente, que entendamos o que é a precarização do trabalho, a qual, que de acordo com Antunes (2009), a precarização é a mais visível forma de reestruturação produtiva, e isso atinge em cheio a produção imaterial, que é o caso dos docentes.

À luz de Marx (2014), podemos dizer que a precarização é um produto da lógica do capital, que transforma relações sociais em mercadorias, por meio de relações de produção. Dessa forma, o trabalho docente passa a ser visto como um instrumento para obter resultados, números e lucros. Para Antunes (2009), a

subjetividade humana é atingida quando o trabalho é precarizado, provocando instabilidades e inseguranças. Quando falamos no trabalho docente, percorremos por diversos lugares como perda da autonomia pedagógica, o excesso de carga horária e de cobrança por resultados. Assim, o trabalho docente deixa de ser visto como uma atividade fundante, criadora e autônoma e passa a ser vista como algo sem sentido e totalmente alienado.

O trabalho do professor não pode ser entendido somente como uma reprodução de conteúdo, mas como um mediador de conhecimentos e valores, e quando nos deparamos com esse trabalho precarizado, impedimos que o docente atue de acordo com a sua função social e formativa. Segundo Duarte (2013), quando reduzimos o trabalho docente a uma perspectiva unicamente técnica, não reconhecemos sua dimensão ontológica, intimamente ligada à formação humana.

Diante desse cenário, torna-se possível perceber o enorme distanciamento entre a essência do trabalho ontológico e a realidade concreta. Para tanto, é essencial que percebamos que essa contradição nos apresenta uma lacuna sobre o que é o trabalho e as condições em que esse trabalho docente está submetido. É diante dessa lacuna que trabalharemos na subseção seguinte.

2.3 A lacuna existente entre essência e realidade

Ao refletirmos sobre a docência diante da perspectiva ontológica, apresenta-se evidente a contradição entre a sua essência e a realidade. Podemos entender como essência a atividade trabalho como norteadora, criadora, consciente, planejada e social e como a realidade a forma pela qual tem sido marcada pela precarização cada vez mais presente. Esse paradoxo cria uma lacuna que afasta o trabalho docente da sua função social, emancipadora e humanizadora. Podemos ver essa lacuna como um instrumento de alienação, pois quando o trabalhador não se reconhece no seu trabalho, ele não consegue visualizar a sua atividade vital e com isso a sua subjetividade, Marx (2014). É possível ver esse movimento na docência quando o professor não consegue ver a essência do ensinar, da transmissão do conhecimento, a realização do seu criar, ele passa a ser um mero executor de tarefas, e seu trabalho se resume em avaliações padronizadas e demandas

altamente burocráticas. Dessa forma a práxis do professor se esvazia de sentido e significado e se torna algo mecânico, automatizado e padronizado.

Antunes (2009) converge ao relatar que a precarização atinge de forma devastadora a subjetividade do indivíduo. Quando falamos em docência, a precarização não deve ser visto como uma perda individual, mas como um mecanismo estrutural que diminui o papel do professor. Todo esse movimento não fragiliza apenas o trabalho docente, mas a educação como um todo, ao se dobrar a lógica do capital que a afasta da sua essência.

Para tanto, precisamos compreender a educação não somente como transmissão de conteúdos, mas como mediação de valores e cultura possibilitando dessa forma o desenvolvimento integral do indivíduo. Quando diante da realidade, essa função docente é precarizada, ela deixa de cumprir sua função social e histórica. Duarte (2013) sintetiza que ao reduzir o trabalho docente à técnica, estamos negando a sua essência ontológica, e ao fazer esse movimento está sendo suprimida a dimensão histórico-cultural do trabalho docente.

Portanto, a lacuna entre a essência do trabalho e a sua realidade precarizada, como no caso dos docentes, não é uma questão pontual, é uma manobra para estruturar a lógica reprodutiva do capital, nesse caso, na educação. Esse movimento não prejudica somente os docentes, mas a sociedade como um todo, negando aos alunos um conhecimento crítico e diminuindo a qualidade da educação. Ademais, ao reconhecermos essa lacuna, abrimos a reflexão para pensarmos na construção de uma educação que compreenda a função social e histórica da docência.

3 CONCLUSÃO

Todo o percurso dessa pesquisa buscou analisar o sentido ontológico do trabalho e a realidade precarizada da docência, apresentando a lacuna existente entre a essência que seria o trabalho emancipador, crítico e humanizador e a realidade concreta que se apresenta como a precarização diante da lógica do capitalismo. Ao dialogar com os autores clássicos como Marx e Engels, com autores contemporâneos como Duarte e Antunes, evidenciou-se o caminho percorrido pela precarização comprometendo a função da educação como emancipatória. Desse modo, entendemos que o objetivo foi alcançado uma vez que foi possível

compreender como a precarização transforma a docência em atividade alienada e a serviço do capital, afastando da sua real função.

Destarte, todo o percurso aqui apresentado dá vazão a novas pesquisas que investiguem como a precarização afeta a saúde e a vida do docente, e como esse movimento impacta na formação dos discentes. Desse modo, entendemos que é urgente a defesa pela docência que forma sujeitos críticos, humanizados e autônomos capazes de transformar a sociedade, e serem transformados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

DUARTE, N. **A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. Germinal**: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 05, nº 02, p. 59-72, dez., 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F.; **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

3.5 TECNOLOGIAS INFORMATIZADAS E A MANIPULAÇÃO DAS MASSAS

GILMARA ALEXIA SOARES OLIVEIRA*⁵

THIAGO SILVA PRADO**

RESUMO

O objetivo geral da presente pesquisa foi o de apresentar uma breve reflexão teórica sobre conceitos essenciais na compreensão das tecnologias digitais, da indústria cultural e o movimento das big techs na captação de dados dos usuários e na manipulação de seus comportamentos. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e qualitativa, apontando teóricos clássicos e contemporâneos que discutem o objeto de pesquisa. O conceito central foi o de Indústria Cultural, difundido por Adorno e Horkheimer (1985), que na atualidade adquire uma nova roupagem, principalmente por intermédio das plataformas de relacionamento e distribuição de conteúdos - mediados pela internet. Os resultados apontam para a necessidade de uma formação para emancipação, no sentido de que as pessoas precisam ter consciência e condições de consumir e agir na sociedade com reflexão crítica, emancipadas e livres.

Palavras-chave: Tecnologias. Indústria Cultural. Manipulação das massas.

INTRODUÇÃO

Compreender como as tecnologias digitais, amplamente desenvolvidas por meio da informática são utilizadas no cenário contemporâneo para a manipulação das massas, é essencial. Massas essas definidas como o público em geral, que muitas vezes consomem o material oriundo das grandes indústrias sem nenhum tipo de análise crítica, até mesmo por não possuírem as condições necessárias para isso. Como ressaltado por Adorno e Horkheimer (1985), são pessoas moldadas pelo aparato da indústria, no sentido de serem adaptadas e eficientes.

Nessa perspectiva, o breve estudo questiona a atualidade da indústria cultural e como os comportamentos são hoje conhecidos e manipulados. Para isso, objetivou de forma geral apresentar uma breve reflexão teórica sobre conceitos essenciais na compreensão das tecnologias digitais, da indústria cultural e o movimento das big techs na captação de dados para o treinamento de seus algoritmos, que trabalham silenciosamente na intenção de capturar os indivíduos no

⁵ *Estudante do Curso de Marketing da Faculdade ALFA Umuarama. Membro do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas - CAGEEM.

**Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas (CAGEEM). Docente e coordenador do núcleo de gestão da Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. prof.thiagoprado@gmail.com

novo estágio do capitalismo, nomeado por Zuboff (2021) como Capitalismo de Vigilância.

Trata-se de uma revisão bibliográfica e qualitativa desenvolvida pelos membros do grupo de pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas - CAGEEM. Sugere-se que em pesquisas futuras sejam utilizados outros métodos de investigação, para que o objeto analisado possa despertar o interesse de novos pesquisadores e traga, a partir de sua análise, contribuições para toda a sociedade, tendo em vista ser algo do interesse coletivo, principalmente no Brasil, um dos países com maior número de pessoas envolvidas nas redes sociais digitais.

DESENVOLVIMENTO

O conceito de indústria cultural foi desenvolvido por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1947. Os autores definem que "a indústria cultural diferencia-se da arte popular. Na primeira, a diversão surge de cima para baixo, enquanto na segunda surge espontaneamente das próprias massas" (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 287). Os filósofos alemães, membros da Escola de Frankfurt, criaram esse termo com o objetivo de criticar a transformação da cultura em mercadoria dentro do sistema capitalista, argumentando que a cultura havia perdido sua função original de provocar reflexão crítica, agora produzida em massa como qualquer outro produto industrial, utilizada como meio de dominação.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), a cultura deixou de ser uma forma livre de expressão para se tornar um mecanismo de dominação social. Os autores argumentam que "a indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente" (Adorno Horkheimer, 1985, p. 295). Esta perspectiva revela como o entretenimento massificado não apenas diverte o indivíduo, mas também molda comportamentos e valores de acordo com os interesses do sistema dominante.

A padronização dos produtos culturais representa uma das principais características da Indústria Cultural. Filmes, músicas, programas televisivos e outros conteúdos seguem fórmulas repetitivas que garantem o sucesso comercial, mas limitam a diversidade criativa e o potencial transformador da arte, moldando o

pensamento social de acordo com o que é coerente para o sistema. Como observa Adorno e Horkheimer (1985), esta padronização cria uma falsa impressão de variedade, quando na verdade oferece sempre o mesmo conteúdo disfarçado de novidade.

A filósofa brasileira Marilena Chauí contribui para este debate ao distinguir cultura de massa de cultura popular. Para Chauí (2000), a cultura de massa é especificamente produzida para consumo imediato e superficial, funcionando como entretenimento que desvia a atenção dos problemas sociais reais. A autora destaca que esta forma de cultura transforma tudo em espetáculo em mercadoria, eliminando totalmente as fronteiras entre arte e publicidade, entre informação e propaganda.

Na atualidade, a lógica da Indústria Cultural permanece ativa. As transformações tecnológicas, como as plataformas digitais: *YouTube*, *Netflix*, *Spotify*, *TikTok* e *Instagram* assumiram o papel antes ocupado pela televisão e pelo rádio, mantendo a mesma estrutura de funcionamento. O conteúdo que recebe maior visibilidade é aquele com maior potencial de agradar o público massivo e gerar lucros para as empresas proprietárias dessas plataformas, prática que tem sido cada vez mais utilizada por essas plataformas.

Outro elemento de destaque nessa nova fase da Indústria Cultural são os algoritmos, controlando quais conteúdos são recomendados para cada usuário. Este sistema de personalização reforça gostos já estabelecidos e limita o contato com ideias divergentes, que restringem a diversidade cultural. Costa (2013) analisa que esta nova configuração da indústria cultural opera de forma ainda mais eficiente, pois oferece a ilusão de que o público mantém controle sobre suas escolhas, quando na realidade está sendo direcionado por sistemas orientados pelo lucro.

Costa (2013, p. 145) ressalta que "canções e filmes standardizados nascem e renascem a cada dia. Às vezes, muda o formato, mas a essência permanece". Esta análise demonstra que, apesar da aparente inovação tecnológica, o conteúdo cultural continua repetitivo e limitado, impedindo o desenvolvimento de consciência crítica nos usuários, independente de quais meios tecnológicos estejam sendo usados.

A pesquisadora Shoshana Zuboff amplia esta discussão com o conceito de capitalismo de vigilância, definindo-o como "uma nova forma de capitalismo que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas

comerciais ocultas de extração, previsão e vendas" (Zuboff, 2021, p. 17). Zuboff (2021) argumenta que as empresas tecnológicas (big techs) desenvolveram um modelo de negócios baseado na coleta exagerada de dados sobre comportamentos dos usuários, utilizando essas informações para prever e influenciar ações futuras.

Esta nova forma de controle vai além da simples recomendação de conteúdo, envolvendo manipulação sistemática de desejos e decisões pessoais. O capitalismo de vigilância representa uma evolução da indústria cultural, onde a dominação se torna menos perceptível porque se camufla como personalização e conveniência para o usuário. Castells (1999) contribui para esta análise com sua teoria da sociedade em rede, conceito que define como:

Uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (Castells, 1999, p. 566).

Castells (1999) identifica que os indivíduos vivem uma nova configuração social onde as relações econômicas, políticas e sociais são organizadas por meio de redes digitais que operam em tempo real. O autor explica que "o poder na sociedade em rede é o poder dos fluxos, e os fluxos de poder são mais importantes que o poder dos fluxos" (Castells, 1999, p. 423). Neste contexto, quem controla a informação e os canais de comunicação detém poder significativo sobre como as pessoas pensam e agem.

A combinação entre Indústria Cultural tradicional e tecnologias digitais cria um sistema de dominação cultural mais sofisticado e abrangente. O entretenimento é produzido industrialmente, distribuído por meio de redes digitais e consumido de forma aparentemente automática pelos usuários. A diversão se entrelaça com vigilância e manipulação, gerando uma forma de controle social que parece natural e inevitável.

Portanto, o conceito de Indústria Cultural permanece fundamental para compreender o funcionamento da cultura na modernidade. A crítica desenvolvida por Adorno e Horkheimer (1985) continua válida, mas precisa ser atualizada com as contribuições de pensadores contemporâneos como Chauí (2000), Zuboff (2021), Costa (2013) e Castells (1999). Estes autores demonstram, por meio de diferentes

perspectivas, como a cultura continua sendo utilizada como instrumento de controle social, agora potencializada pelas tecnologias digitais e pela lógica dos dados. Consequentemente, a manipulação das massas transcende questões puramente ideológicas para se tornar também uma questão de programação algorítmica.

CONCLUSÃO

Por meio do levantamento bibliográfico realizado e das reflexões organizadas pelos autores, é possível considerar que a Indústria Cultural, conceito cunhado por Adorno e Horkheimer em 1985, está mais viva que nunca. A diferença atual é que, na época dos autores a comunicação e manipulação das massas aconteciam primordialmente pela TV, rádio e meios analógicos de comunicação. No entanto, na atualidade isso tudo se potencializa, principalmente com o advento da internet, na qual os indivíduos passam horas buscando o que consumir. Portanto, as reflexões sugerem a importância de informação e formação da população, não para deixarem de utilizar as tecnologias, mas para que quando utilizarem façam com consciência e liberdade de pensamento, para que não se tornem manipuladas pela sociedade administrada por meio do moderno aparato da indústria.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Jean Henrique. A atualidade da discussão sobre a indústria cultural em Theodor W. Adorno. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 47, n. 1, p. 135-151, abr. 2013.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

4 RESUMOS SIMPLES

4.1 A CONTROLADORIA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NO SUPORTE À GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO

FELIPE MOLINA MORETTI DANTAS*⁶

JOÃO GABRIEL PORFIRIO PELEGRINELI**

SUELEN CRISTINA DE LIMA PISSINÍM ***

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a controladoria como ferramenta estratégica no suporte à gestão empresarial, com foco na tomada de decisões. A fim de compreender como a controladoria contribui para fortalecer a gestão, integrando informações contábeis, financeiras e administrativas. Observa-se que o avanço das transformações tecnológicas e econômicas exigem maior capacidade de adaptação das empresas, tornando a controladoria essencial. Atuando como elo entre contabilidade e administração, proporcionando dados consistentes que permitem decisões mais assertivas. Entre os instrumentos mais usados pela controladoria estão o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o Fluxo de Caixa e os Relatórios Gerenciais, que acompanham o desempenho, avaliam custos, mensuram lucros e orientam investimentos bem como proporcionam uma visão integrada da situação financeira organizacional. Estudos analisados reforçam seu papel prático Indicadores como Valor Econômico Adicionado (EVA) e Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) que são amplamente utilizados na comparação de desempenho entre unidades, contribuindo para a otimização da gestão. A controladoria também se faz eficaz na identificação e correção de falhas internas, bem como na melhoria da liquidez das organizações. Sendo assim a controladoria atua como um sistema nervoso central nas organizações, processando dados e transformando-os em informações úteis para a tomada de decisões.

Palavras-chave: Controladoria. Gestão empresarial. Tomada de decisão.

⁶ *Graduando em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama-Pr, f.molina0999@gmail.com

**Graduando em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama-Pr, joaopelegrineli56@gmail.com

***Especialista em gestão de negócios. Docente da Faculdade UniALFA Umuarama-Pr, Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. spissinim@gmail.com.

4.2 A GESTÃO DE CRÉDITO DE CARBONO E A MERCANTILIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

RENATO APARECIDO TEIXEIRA*⁷

CLEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA DUARTE**

PRISCILA FREIRE MARTINS ROSA***

RESUMO

Este resumo refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ainda em desenvolvimento, analisa a gestão dos créditos de carbono e os impactos negativos de sua mercantilização. O estudo busca identificar como esses mecanismos são usados de forma equivocada e se transformam em ferramentas de *greenwashing* ou marketing ambiental, em vez de soluções reais para a crise climática. A pesquisa parte do desafio das mudanças climáticas, impulsionadas pela emissão de gases de efeito estufa de origem humana, principalmente da indústria, agricultura e transportes. Os créditos de carbono surgiram com o Protocolo de Kyoto como um incentivo de mercado para empresas e governos compensarem sua pegada de carbono. A metodologia adotada é uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. A análise dos mercados regulados e voluntários revela disfunções significativas, como a “terceirização” da responsabilidade climática, que permite a poluidores comprar créditos para melhorar sua imagem sem alterar suas práticas. Além disso, a transformação da capacidade da natureza em absorver carbono em uma simples mercadoria abre espaço para especulação, desviando o foco de soluções efetivas. Do ponto de vista da justiça climática, o sistema é questionado por manter desigualdades, beneficiando corporações ricas e prejudicando comunidades vulneráveis. A pesquisa completa que, sem fiscalização rigorosa e um compromisso real com a redução de emissões na fonte, o mercado de carbono pode se tornar um problema maior que a solução, mascarando a falta de ação e transformando a natureza em um ativo financeiro.

Palavras-chave: Crédito de Carbono. Mercantilização Ambiental. Justiça Climática.

⁷ * Graduando em administração pela Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM.

** Graduanda em administração pela Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA.

*** Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar. Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM

4.3 ADULTIZAÇÃO INFANTIL E O TRABALHO DE MENORES NAS REDES SOCIAIS

ANA LUIZA BORNIA CARBONIERI*⁸
MARIA ELOISA BENEVIDES DA SILVA**

RESUMO

A adultização infantil e o trabalho de menores nas plataformas digitais agravou-se de forma intensa, gerando preocupações jurídicas e sociais. A exposição precoce de crianças a padrões adultos, cumulada com a monetização de conteúdos, instiga a erotização, a exploração econômica e a substituição da infância por produção de conteúdo. Casos recentes, como o episódio envolvendo o influenciador Felca, que denunciou esse tipo de comportamento, evidenciaram os riscos dessa exposição e mobilizaram o Poder Público, impulsionando respostas institucionais. Embora o ordenamento jurídico brasileiro proteja crianças e adolescentes por meio da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros dispositivos legais, a atuação dos menores em redes sociais ainda apresenta lacunas, especialmente quanto à regulação específica para influenciadores mirins. A vulnerabilidade digital e a erotização precoce reforçam a necessidade de ações coordenadas entre sociedade, família, Estado e plataformas digitais. A recente aprovação do PL 2.628/2022, que estabelece o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, surge como uma medida necessária para fortalecer a proteção jurídica da participação infantil na Internet. A infância não pode ser reduzida a palco de consumo e exposição midiática, assim, é preciso resgatar seu valor como fase única de desenvolvimento humano. Portanto, a proteção social e jurídica da infância exige uma atuação preventiva e repressiva com foco na responsabilização de todos os agentes envolvidos, de modo a garantir o desenvolvimento integral das crianças, livre de exploração e adultização indevida, promovendo um crescimento saudável em favor do menor.

Palavras-chave: Adultização. Trabalho infantil digital. Redes sociais.

⁸ *Graduanda em Direito, Universidade Paranaense (Unipar). Umuarama/PR. Atua no 1º Tabelionato de Notas de Cianorte/PR - analucarbo@gmail.com

**Especialista em Gestão Contábil e Financeira, Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Umuarama/PR. Atua na empresa e/code digital - mariaeloisabenevides@gmail.com

4.4 CIDADE E MOEDA NA HISTÓRIA: CONSTANTINO E CONSTANTINOPLA, UMA NOVA CAPITAL PARA O IMPÉRIO ROMANO

PATRÍCIA FERNANDEZ RUA DOS SANTOS*⁹

RESUMO

A fundação de Constantinopla em 330 d.C. por Constantino, deixa evidente a relação entre a criação da nova capital e a iconografia monetária utilizada como instrumento político, assim como podemos ver a mesma relação nos dias atuais. A moeda, além de sua função econômica, desempenhou papel de propaganda ideológica, legitimando a autoridade imperial perante uma população majoritariamente analfabeta. Constantinopla, erguida sobre Bizâncio, possuía localização estratégica, tanto militar quanto comercial, e simbolizava uma Nova Roma, fortalecendo o poder imperial diante da crise no Ocidente. A iconografia monetária reforçava esse projeto, com representações de Constantino e alegorias divinas que comunicavam a centralidade política e cultural da nova capital. Além do aspecto militar e econômico, Constantinopla consolidou-se como centro político, religioso e intelectual, abrigando Senado, instituições cristãs e educacionais. Constantino uniu então todos os meios possíveis para que Constantinopla não somente no seu império mais no império de seus sucessores fosse o maior centro de poder da época. O estudo conclui que a fundação da cidade e a circulação monetária foram estratégias complementares para a construção de uma nova identidade imperial, garantindo a projeção de Constantinopla como eixo de poder do Império Romano do Oriente por mais de um milênio.

Palavras-chave: Constantinopla; Constantino; Moeda; Propaganda; Império Romano.

⁹ *Bacharel em Ciências Econômicas. UEM – Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Gestão Estratégica de Negócios. UNICESUMAR. Docente da Faculdade Alfa Umuarama. patricia.fernandez.rua@gmail.com

4.5 COOPERATIVISMO: BRECHAS DE RESISTÊNCIA NO LABIRINTO DO TRABALHO PRECÁRIO

RENATO SERGIO FERRAREZE*

RESUMO

Diante de um mundo do trabalho marcado pela exaustão, precariedade e dissolução dos vínculos tradicionais, refletir sobre alternativas pode soar como ilusão, mas é nesse terreno hostil que emergem experiências que tensionam a lógica da exploração. A reestruturação produtiva e o empreendedorismo compulsório consolidaram uma era em que a instabilidade e a informalidade se tornaram regra, lançando milhões de trabalhadores à vulnerabilidade e ao adoecimento. Nesse cenário, o cooperativismo aparece não como solução definitiva, mas como prática que, mesmo inscrita nas contradições do capitalismo, oferece brechas para novas formas de sociabilidade. Organizadas pela autogestão, solidariedade e partilha de resultados, as cooperativas contrapõem-se ao individualismo produtivo e ao isolamento social, resgatando dimensões coletivas do trabalho. Contudo, não estão imunes às pressões do mercado, podendo ser cooptadas ou esvaziadas, o que mostra que seu potencial emancipador é sempre parcial e disputado. Ainda assim, quando compreendidas criticamente, apontam para um horizonte em que o trabalho deixa de ser apenas mercadoria e se reinscreve como atividade humana dotada de sentido. Essa dialética entre risco e possibilidade é central: se por um lado o cooperativismo pode reproduzir exigências de produtividade, por outro pode abrir caminho para vínculos solidários e democráticos que anunciam novas formas de viver e produzir. Assim, o cooperativismo se mostra como alternativa situada, limitada e vulnerável à captura, mas capaz de inspirar o reencantamento do trabalho e fortalecer a imaginação política para pensar uma sociedade em que a exploração não seja destino inevitável.

Palavras-chave: Trabalho. Cooperativismo. Precariedade.

^{10*}Especialista em gestão estratégica de negócios, Docente da Faculdade Alfa Umuarama. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. renato_ferrareze@hotmail.com

4.6 CONTABILIDADE INTELIGENTE: O IMPACTO DA ERA DIGITAL PARA OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

DANIEL LIMA VEIGA^{*11}

SUELEN CRISTINA DE LIMA PISSINÍM ^{**}

RESUMO

A presente elaboração acadêmica possui como objetivo a compreensão da jornada evolutiva dos sistemas de informação aplicados a contabilidade, em especial a Inteligência Artificial, apresentando as principais competências que os profissionais contábeis devem adquirir para uma melhor adaptação ao contexto mercadológico. Diante disso, seu propósito se firma na apresentação dos pontos positivos e negativos da implantação dessas ferramentas, relacionando-as com as mudanças que estão ocorrendo no perfil do contador, de forma a se manterem competitivos no mercado de trabalho. Assim, a Inteligência Artificial é contextualizada, apontando os efeitos da evolução tecnológica e da globalização, com enfoque na otimização dos fluxos de trabalho e automatização operacional. Além disso, se apresentam as repercussões desse avanço no ambiente contábil, nas atividades desempenhadas e no currículo dos profissionais da área, bem como a integração com as autoridades fiscais. Por fim, volta-se a atenção para o diferencial humano primordial que os diferem das máquinas, definindo esses indivíduos como agentes estratégicos para as organizações, com abrangência nas capacidades analíticas e na possibilidade da prestação de serviços com maior qualidade, para, com isso, atender de maneira mais satisfatória as necessidades das partes interessadas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Competências. Contabilidade.

^{11*} Graduando em Ciências Contábeis, Faculdade UniAlfa Umuarama-Pr.

Daniellimaveiga1@gmail.com

^{**}Especialista em gestão de negócios. Docente da UniALFA Umuarama, Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. spissinim@gmail.com

4.7 DADOS “NÃO SENSÍVEIS” COMO VETOR PARA ENGENHARIA SOCIAL: RISCOS DE REIDENTIFICAÇÃO E USO EM *PHISHING*

PEDRO HENRIQUE MAIA*
RAFAEL MORETTO BARROS**
JOÃO GABRIEL GRANDE***
DANILO AUGUSTO MAIA****

RESUMO

Aparentemente dados “não sensíveis”, como CEP, gênero e data de nascimento, podem ser explorados em contextos de reidentificação de indivíduos e utilizados em ataques de engenharia social, especialmente em modalidades como o *phishing*. Informações que muitas vezes são tratadas como banais no cotidiano — por exemplo, a divulgação de endereço em cadastros de lojas, a publicação da data de aniversário em redes sociais ou a exposição do local de trabalho em currículos online — podem, quando combinadas, servir de insumos estratégicos para criminosos virtuais. Um golpista pode, por exemplo, utilizar o CEP e a data de nascimento de uma vítima para simular comunicações de bancos ou planos de saúde, transmitindo maior credibilidade e aumentando as chances de induzi-la a fornecer senhas e dados financeiros. Outro caso comum ocorre quando informações simples, como o nome de familiares em redes sociais, são inseridas em mensagens de *phishing* que exploram laços pessoais para convencer a vítima. A literatura em privacidade e segurança demonstra que a combinação de dados dispersos amplia consideravelmente os riscos de exposição de informações sensíveis. A prática de reidentificação mostra que atributos considerados neutros, ao serem cruzados, podem singularizar indivíduos dentro de grandes bases de dados, fragilizando a proteção da privacidade. Nesse sentido, o problema não se restringe a ataques tecnológicos sofisticados, mas envolve o uso inteligente de dados públicos e acessíveis em interações sociais cotidianas. Portanto, reforça-se a importância da adoção de práticas preventivas: limitar a coleta de dados ao estritamente necessário; capacitar usuários para reconhecer tentativas de engenharia social; e implementar políticas institucionais de publicação de dados que considerem os riscos de reidentificação. Conclui-se que a conscientização da comunidade acadêmica, aliada a medidas técnicas e educacionais, é fundamental para reduzir a vulnerabilidade de usuários e organizações diante de um cenário em que até mesmo informações simples podem se converter em armas para ataques digitais.

Palavras-chave: Phishing. Engenharia Social. Segurança Web.

^{12*}Pós-graduado em Desenvolvimento de Software Web e Aplicativos Móveis pela UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. phmaia2018@gmail.com

^{**}Mestrando no Programa Pós-Graduação em Sustentabilidade IFPR/UEM. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. rafael.barros@alfaumuarama.edu.br

^{***}Graduado em Sistemas para Internet pela UniALFA. Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. joao.dev.grande@gmail.com

^{****}Discente de Sistemas para Internet, UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG). daniloaugustomaia8@gmail.com

4.8 DETECÇÃO DE ADULTERAÇÃO EM ÓLEOS ESSENCIAIS UTILIZANDO TÉCNICAS DE FTIR COMBINADAS COM APRENDIZADO DE MÁQUINA

RAFAEL MORETTO BARROS*

PEDRO HENRIQUE MAIA**

FERNANDO CLAVISSO FERNANDES***

JOÃO GABRIEL GRANDE****

RESUMO

Os óleos essenciais (OEs) são extratos concentrados de plantas que contêm seus aromas e propriedades benéficas para a saúde. Devido à dificuldade e ao baixo rendimento na extração dos OEs, o valor agregado deles é muito alto, o que resulta em inúmeros casos de adulteração, com o intuito de aumentar o rendimento do produto e consequentemente os falsificadores lucrarem mais. Portanto, a validação da pureza dos OEs é de extrema importância para as indústrias alimentícia, cosmética, farmacêutica, dentre outras, visando garantir a qualidade e eficácia dos produtos comercializados. A Cromatografia Gasosa Acoplada à Espectrometria de Massas (GC-MS) é uma das técnicas mais confiáveis e tradicionais para a caracterização de compostos voláteis, porém requer estrutura especializada, a utilização de solventes e materiais específicos, além da necessidade de profissionais qualificados, o que torna o processo mais oneroso. Vislumbrando uma proposta com abordagem inovadora para a detecção de adulterações em OEs, optou-se pelo uso da técnica de Espectroscopia de Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR) em conjunto com o aprendizado de máquina. O objetivo do estudo é treinar um modelo capaz de identificar adulterações em amostras de OEs. Inicialmente, amostras puras e adulteradas dos OEs serão coletadas e analisadas utilizando FTIR. Os espectros obtidos serão utilizados como dados de entrada para o treinamento do modelo. Serão empregados dois algoritmos de aprendizado supervisionado, *Support Vector Machine* (SVM) e *Random Forest* (RF). Almeja-se contribuir com uma alternativa aos métodos tradicionais, com foco em proporcionar análises rápidas, de alta precisão, sustentáveis e de baixo custo.

Palavras-chave: FTIR. Aprendizado de Máquina. Autenticidade.

¹³*Mestrando no Programa Pós-Graduação em Sustentabilidade IFPR/UEM. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. rafael.barros@alfaumuarama.edu.br

**Pós-graduado em Desenvolvimento de Software Web e Aplicativos Móveis pela UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. phmaia2018@gmail.com

***Pós-graduado em Administração de Banco de Dados, Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. mytih17clear@gmail.com

****Graduado em Sistemas para Internet pela UniALFA. Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. joao.dev.grande@gmail.com

4.9 DOMAIN-DRIVEN DESIGN COMO PONTE ENTRE NEGÓCIO E TECNOLOGIA: MODELAGEM COM LINGUAGENS DIVERGENTES

JOÃO GABRIEL GRANDE*
RAFAEL MORETTO BARROS**
PEDRO HENRIQUE MAIA ***

RESUMO

Domain-Driven Design (DDD) surge como abordagem que prioriza o entendimento do domínio para guiar a arquitetura e o design de software; no entanto, a convivência entre equipes de negócio e tecnologia que utilizam linguagens, conceitos e prioridades distintas revela um problema prático: a tradução imprecisa de conceitos organizacionais em artefatos técnicos gera ambiguidade, retrabalho e dívida técnica. Equipes de negócio nomeiam processos e regras com termos ricos em contexto e intenções, enquanto desenvolvedores precisam de modelos formais (entidades, agregados, invariantes) que comportem implementações escalares e restrições técnicas; essa assimetria provoca perda de semântica, requisitos não pontuais e implementação de regras fora do domínio. Fluxos de comunicação que dependem de reuniões verbais ou documentação dispersa levam a decisões locais que não preservam invariantes do negócio; exemplos e critérios de aceitação ficam desalinhados e o código passa a conter adaptações pontuais para acomodar exceções, dificultando manutenção e evolução e aumentando o custo de mudança. Afim de solucionar esse problema, propõe-se um processo integrado baseado em DDD que combina modelagem colaborativa (*workshops de Event Storming e Example Mapping*), pactos de linguagem ubíqua formalizada (glossário vivo e contratos de domínio) e artefatos executáveis (specs, testes de aceitação e simulações) que sirvam como fonte única de verdade para ambas as linguagens; para suportar equipes com linguagens divergentes, recomenda-se a definição de *bounded contexts* bem delimitados, *anti-corruption layers* e *adapters* de tradução que materializam a semântica do domínio entre contextos. Ao transformar conceitos de negócio em convenções e artefatos compartilhados, e ao provisionar mecanismos explícitos de tradução entre linguagens, DDD passa de repertório teórico para ponte operacional entre negócio e tecnologia; essa integração reduz retrabalho, melhora rastreabilidade de regras e facilita a governança evolutiva, permitindo que linguagens divergentes coexistem sem perda de intenção, desde que sustentadas por processos colaborativos e artefatos executáveis que preservem a semântica do domínio.

Palavras-chave: Domain-Driven Design. Modelagem Colaborativa. Linguagem Ubíqua.

^{14*}Graduado em Sistemas para Internet pela UniALFA. Docente da UniALFA. joao.dev.grande@gmail.com

^{**}Mestrando no Programa Pós-Graduação em Sustentabilidade IFPR/UEM. Membro do Grupo de Pesquisa GEPISEG, Docente da UniALFA. rafael.barros@alfaumuarama.edu.br

^{***}Pós-graduado em Desenvolvimento de Software Web e Aplicativos Móveis pela UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa GEPISEG, Docente da UniALFA. phmaia2018@gmail.com

4.10 EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA: TRANSFORMAÇÃO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GILMARA ALEXIA SOARES OLIVEIRA*
GEOVANNA CARMO DA CUNHA**
RENATO SERGIO FERRAREZE ***

RESUMO

O Cooperativismo destaca-se de forma relevante na atualidade, promovendo o desenvolvimento sustentável em equilíbrio com os interesses econômicos de diferentes modos. Sob essa perspectiva, desde 2004, o Instituto Sicoob atua como uma instituição privada e sem fins lucrativos, que visa propagar a cultura cooperativista por meio de projetos de abrangência nacional voltados à educação. Entre eles incluem-se as Cooperativas Mirins, amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Política Nacional Cooperativista Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971, o programa consiste na formação de pequenas cooperativas, onde alunos voluntários, e sob orientação pedagógica, decidem em contr turno escolar quais atividades serão desenvolvidas, e como desenvolvê-las, estimulando a liderança, sociabilidade, comunicação, iniciativa e o senso democrático, promovendo nos jovens e crianças praticando a colaboração e o respeito mútuo, que oportunizam a reflexão crítica de como o Cooperativismo gera resultados que são frutos de suas próprias escolhas, complementando a educação formal com a mentalidade cooperativista. Diante do exposto, é possível considerar que estimular o espírito cooperativista desde cedo nos indivíduos, torna possível o desenvolvimento de habilidades sociais e empreendedoras, a fim de promover um maior impacto positivo na formação de lideranças conscientes e no desenvolvimento de comunidades mais justas.

Palavras-chave: Cooperativismo. Desenvolvimento Social. Educação.

^{15*}Aluna de Marketing da Faculdade Alfa de Umuarama - UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. gilmara.alexia6@gmail.com

^{**}Aluna de Administração da Universidade Paranaense - Unipar. geovanna.cunha@sicoob.com.br

^{***}Especialista em gestão estratégica de negócios, docente da Faculdade Alfa Umuarama. Membro Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. renato_ferrareze@hotmail.com

4.11 FUTURO DO TRABALHO E APRENDIZAGEM: REQUALIFICAÇÃO E FLUÊNCIA DIGITAL NA ERA DA IA

DANIEL FUVERKI HEY ^{*16}YASMINN ZAGONEL ^{**}PRISCILA FREIRE MARTINS ROSA ^{***}

RESUMO

Considerando o alcance das ferramentas de Inteligência Artificial (IA) e o relatório sobre o Futuro do Trabalho do Fórum Econômico Mundial (2025), que aponta que 60% da atual força de trabalho irá demandar treinamento para atender às novas necessidades de mercado, com mudanças de 44% das habilidades essenciais exigidas. Habilidades estas que sofrem a influência do aprendizado com IA, uma vez que sem as salvaguardas pedagógicas necessária, a IA genérica pode impactar negativamente o aprendizado humano ao promover a dependência excessiva e diminuir o pensamento crítico. Tendo em vista que a IA tem domínio da linguagem, mesmo que as respostas obtidas pelo seu processamento estejam erradas, a estrutura da resposta nos convence de estar certa. Este fenômeno não remete à alucinação algorítmica (quando uma resposta de IA não tem embasamento em dados reais), ainda assim causa a ilusão da aprendizagem por fatores como: viés de fluência, que ocorre quando reler, destacar ou ler superficialmente resumos de IA faz com que o material pareça claro sem reforçar traços de memória ou elaboração mental de esquemas para resolução de problemas; o desempenho imediato durante o estudo não implica com aprendizagem, podendo ocorrer a redução da retenção dos conteúdos e capacidade de transferência a longo prazo; o uso de exemplos práticos podem até auxiliar iniciantes, mas se esse suporte não for reduzido gradualmente, os aprendizes não desenvolverão a capacidade de resolução de problemas de forma independente. Um dos principais riscos associados à IA é a dependência excessiva da ferramenta, não apenas para facilitar tarefas simples, mas tomando decisões, sugerindo soluções e, eventualmente induzindo a um menor questionamento sobre as opções oferecidas pelo algoritmo. Estas interações suscitam necessidades de letramento digital, educação midiática e literacia em IA, campos que desenvolvem o pensamento crítico, capacidade de solucionar problemas, uso consciente de ferramentas de produção de conteúdo, leitura reflexiva dos formatos multimídia e domínio de técnicas de busca, curadoria e produção de conhecimento de forma a adquirir competências que incorporam a responsabilidade, ética e agência humana como características desejáveis neste cenário.

Palavras-chave: Aprendizagem. Inteligência Artificial. Requalificação.

¹⁶ *Mestre em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade de Lisboa. daniel.fhey@gmail.com

^{**}Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar.

^{***}Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar.

4.12 IA E MARKETING: A FRONTEIRA ENTRE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E RESPONSABILIDADE ÉTICA

YASMINN ZAGONEL^{*17}PRISCILA FREIRE MARTINS ROSA^{**}DANIEL FUVERKI HEY^{***}

RESUMO

É inevitável: a Inteligência Artificial (IA) adentrou nosso cotidiano e está cada vez mais presente em nossas rotinas. Em um mundo cada vez mais tecnológico, onde as pessoas estão imersas no universo digital e seus comportamentos se expressam majoritariamente no ambiente virtual, as ferramentas tecnológicas ganham espaço e tornam-se indispensáveis no dia a dia. As relações passam, então, a acontecer por intermédio de recursos digitais, tornando necessária a compreensão dessas ferramentas para que se possa adaptar à nova realidade. Nesse cenário, em que as pessoas consomem cada vez mais produtos e serviços em meios digitais, a utilização de Inteligências Artificiais na área do marketing desponta como estratégia para compreender o perfil dos consumidores, coletar dados, analisar conteúdos e desenvolver campanhas focadas em atrair e fidelizar clientes. Esse amplo acesso a produtos e serviços proporcionado pelas ferramentas digitais intensificou a concorrência, obrigando as empresas a se destacarem de formas diversas, sendo uma delas o uso da IA para auxiliar na coleta, análise e elaboração de estratégias de negócio. Esse apoio oferecido pela IA permite que as empresas obtenham dados mais relevantes, gerando informações e conhecimentos que ampliam sua atuação no mercado. No entanto, há um alerta importante quanto às questões éticas envolvidas na coleta e utilização desses dados. A IA possibilita que as empresas mantenham bancos de dados robustos e elaborem campanhas de marketing mais assertivas e direcionadas, mas, em contrapartida, há o risco de exposição das informações pessoais dos consumidores, o que representa um grande dilema no uso da IA nas estratégias de marketing. O momento é delicado. A IA pode ser considerada uma aliada, desde que utilizada com responsabilidade quanto ao que é coletado e com ética na forma como esses dados são aplicados. É justamente nesse ponto que a atuação humana se torna indispensável, para estabelecer limites e analisar de maneira humanizada a relação entre empresa, tecnologia e consumidor.

Palavras-chave: Marketing. Inteligência Artificial. Ética.

¹⁷ *Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar. COO e Co-fundadora da Neuron Edtech.

^{**}Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações pela Universidade Cesumar. Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA.

^{***}Mestre em Educação e Tecnologias Digitais pela Universidade de Lisboa. CEO e fundador da Neuron Edtech. daniel.fhey@gmail.com

4.13 MARKETING DIGITAL E EXPERIÊNCIA TURÍSTICA COM PRODUTOS DE BASE SENSORIAL

GISELE REIS DOS SANTOS^{*18}

RICARDO BOTELHO CAMARGO^{**}

CRISTIANE MENGUE FENIMAN MORITZ^{***}

RESUMO

O turismo rural tem se consolidado como alternativa sustentável para o desenvolvimento territorial, ao integrar dimensões econômicas, sociais e culturais. Nesse cenário, os produtos artesanais de base sensorial, como flores e ervas aromáticas, destacam-se por unirem produção local, identidade e experiências turísticas. Este trabalho é um pequeno recorte da dissertação de mestrado da autora principal, vinculada ao programa de Pós-graduação em Sustentabilidade (UEM/IFPR), o qual tem como objetivo discutir as relações entre marketing digital, experiência turística e comercialização desses produtos. A pesquisa baseia-se em revisão narrativa de literatura e analisa publicações recentes em bases nacionais e internacionais. Espera-se que os resultados apontem como essas práticas podem fortalecer a imagem dos produtos de base sensorial e dos destinos onde são produzidos, contribuindo para a valorização das comunidades rurais e para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Palavras-chave: Turismo rural. Marketing digital. Produtos sensoriais.

¹⁸ *Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade (PSU), Mestrado Associado (UEM-IFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Umuarama – PR. Docente dos cursos de gestão e marketing da UniALFA. giselereis6@gmail.com

^{**}Mestre em Sustentabilidade, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil (2021). Docente dos cursos de gestão e marketing da UniALFA. E-mail: ricardobotelhoc@gmail.com

^{***}Professora Doutora, docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade (PSU), Mestrado Associado (UEM-IFPR) Universidade Estadual de Maringá (UEM). crisfeniman@yahoo.com.br

4.14 MOBBING: VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO TRABALHO

DANIELE LOPES DOS SANTOS*1
THIAGO SILVA PRADO**

RESUMO

O termo *mobbing* tem origem na Etologia, ramo da biologia dedicado ao estudo do comportamento animal em seu habitat natural. O conceito foi inicialmente introduzido pelo pesquisador Konrad Lorenz, que buscava nomear um fenômeno observado, sobretudo, entre aves, bovinos e suricatas: grupos de animais que se uniam para hostilizar ou atacar de forma coordenada um indivíduo solitário, muitas vezes fisicamente mais forte do que o coletivo. Posteriormente, o médico sueco Peter Heinemann ampliou a aplicação do termo ao identificar que, nos pátios das escolas, determinados grupos apresentavam comportamento semelhante ao descrito por Lorenz, unindo-se para perseguir e assediar um colega isolado. Foi somente a partir da década de 1980, que a noção de *mobbing* foi incorporada ao contexto organizacional, sendo utilizada para caracterizar condutas abusivas e de perseguição no ambiente de trabalho. Idealmente, o ambiente laboral deve representar um espaço de colaboração, respeito, cooperação, crescimento profissional e uma convivência saudável. Contudo, essa não é a realidade de muitos trabalhadores, que enfrentam formas sutis, silenciosas e profundamente prejudiciais de violência psicológica, dentre as quais, destaca-se o *mobbing*. No âmbito corporativo, *mobbing* refere-se a um padrão de assédio moral e perseguição psicológica, praticado de forma contínua e sistemática contra um colaborador por um ou mais integrantes da equipe. Os impactos do *mobbing* vão muito além do desconforto imediato. A vítima pode desenvolver estresse crônico, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, perda de autoestima, doenças psicossomáticas e, em situações extremas, afastamento do trabalho ou até mesmo ideias suicidas. Além do sofrimento individual, a prática compromete seriamente o clima organizacional, resultando na redução da produtividade, no aumento da rotatividade e no desgaste da imagem institucional. Diante disso, torna-se evidente que o *mobbing* é uma realidade grave e, muitas vezes, invisível no cotidiano das organizações. A identificação precoce de seus sinais e a adoção de medidas preventivas e corretivas são fundamentais para a construção de um ambiente de trabalho ético, seguro e produtivo. O combate a essa forma de assédio moral exige um compromisso coletivo.

Palavras-chave: Mobbing. Violência. Assédio. Perseguição.

*Formada em Processos Gerenciais. UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. danielolopes1805@gmail.com

* Doutor em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. prof.thiago@gmail.com

4.15 O IMPACTO DA IA GENERATIVA NA SEGURANÇA DO CÓDIGO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE PRODUTIVIDADE E VULNERABILIDADE

DANILO AUGUSTO MAIA*
RAFAEL MORETTO BARROS**
PEDRO HENRIQUE MAIA***

RESUMO

A integração de Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa) no processo de desenvolvimento de software tem sido amplamente adotada como ferramenta para aumentar a produtividade, onde desenvolvedores utilizam Modelos de Linguagem de Grande Porte (LLMs) para gerar código a partir de instruções em linguagem natural, otimizando tempo e esforço. No entanto, essa praticidade frequentemente negligencia a qualidade e a segurança do software produzido, relatórios recentes indicam que uma parcela significativa (45%) do código gerado por LLMs contém vulnerabilidades de segurança conhecidas – como injeção de SQL (CWE-89), *Cross-Site Scripting* (XSS - CWE-79) e uso de funções criptográficas inseguras (CWE-327) –, sem que modelos maiores demonstrem melhoria substancial nesse aspecto. Estes relatórios argumentam que a busca por eficiência tem ofuscado considerações críticas de segurança, resultando na introdução sistemática de falhas comuns e exploráveis, e exploram a disparidade entre a sofisticação sintática do código gerado e a fragilidade de sua segurança, problematizando a noção de produtividade quando esta compromete a integridade das aplicações. Portanto, propõe-se a integração obrigatória de práticas de segurança no ciclo de desenvolvimento assistido por IA, incluindo o treinamento especializado dos modelos, a validação automatizada do código e a capacitação dos desenvolvedores em *Common Weakness Enumerations* (CWEs), concluindo-se que, sem tais medidas, os ganhos de produtividade oferecidos pelas IAs serão obtidos às custas da segurança, levantando sérios riscos para a confiabilidade do software a longo prazo.

Palavras-chave: IA Generativa. Segurança de Código. Produtividade vs. Vulnerabilidade.

¹⁹*Discente de Sistemas para Internet, UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG). daniloaugustomaia8@gmail.com

^{**}Mestrando no Programa Pós-Graduação em Sustentabilidade IFPR/UEM. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. rafael.barros@alfaumuarama.edu.br

^{***}Pós-graduado em Desenvolvimento de Software Web e Aplicativos Móveis pela UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Segurança Web (GEPISEG), Docente da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. phmaia2018@gmail.com

4.16 O PAPEL DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DECISÓRIOS DAS ORGANIZAÇÕES

ANA JULIA LOPES DA SILVA*²⁰
SUELEN CRISTINA DE LIMA PISSINÍM **

RESUMO

O Cenário empresarial é permeado por constantes transformações tecnológicas, competitividade acentuada e exigência por inovação, neste sentido o Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas (T&D) surge como instrumento necessário para a manutenção da eficiência e produtividade. Consistindo em um conjunto de práticas voltadas à capacitação, aprimoramento e atualização das competências dos colaboradores, visando ao crescimento individual e organizacional. Assim o T&D representa uma ferramenta essencial para alinhar os objetivos pessoais dos colaboradores às metas corporativas, promovendo engajamento, retenção de talentos e melhoria contínua dos processos. Dessa maneira, o presente estudo tem como propósito compreender e analisar o T&D como um investimento estratégico fundamental para a tomada de decisões organizacionais e para o fortalecimento da competitividade no mercado. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica e análise de estudos, direcionadas à discussão dos conceitos de Retorno sobre o Investimento (ROI) e Retorno sobre o Desenvolvimento do Investimento (RDI), sendo eles instrumentos que permitem mensurar, de forma quantitativa e qualitativa, os impactos das ações de capacitação, convertendo benefícios intangíveis, como satisfação, engajamento e clima organizacional em indicadores concretos que embasam decisões gerenciais mais assertivas. Observa-se ainda a relevância das diretrizes da ABNT NBR ISO 9001:2015, que estimulam práticas de gestão fundamentadas na aprendizagem contínua, na valorização das competências e na busca pela excelência operacional. Portanto, a avaliação criteriosa e sistemática dos investimentos em T&D apoiada em indicadores financeiros e qualitativos, constitui um elemento fundamental para assegurar a eficácia das ações de capacitação e consolidar uma vantagem competitiva sustentável.

Palavras-chave: Treinamento e Desenvolvimento. ROI. Gestão Organizacional.

²⁰ *Graduando em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama-Pr. anajulialopesdasilva10@gmail.com

**Especialista em gestão de negócios. Docente da Faculdade UniAlfa Umuarama-Pr, Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. spissinim@gmail.com

4.17 PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS FAMILIARES

MARIA EDUARDA FONSECA AMADEU*²¹

RAFAELA DE SOUZA ROCHA**

THIAGO SILVA PRADO***

RESUMO

O presente artigo aborda o planejamento sucessório em empresas familiares, direcionado no processo de transição entre gerações e seus desafios. Polo e Dewes (2020) ressaltam que fazer a escolha do sucessor é um dos principais desafios enfrentados pelas empresas familiares. A seleção adequada demanda tempo, para que seja possível ter um preparo e seja observando as análises estratégicas sobre a capacidade da organização de manter sua estabilidade financeira e seu desempenho após a transição. Essa decisão deve estar alinhada à visão e aos valores que regem a cultura empresarial e da família. Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho foi o de compreender como ocorre a passagem de gestão do fundador para os sucessores familiares, identificando os obstáculos enfrentados durante essa transição, como discordâncias na gestão e na divisão de bens. Sua importância é fundamentada em obter uma continuidade e a sustentabilidade dessas empresas e uma planejamento sucessório em empresa familiar e de como passar as responsabilidade para seu sucessor escolhido, especialmente as de pequeno e médio porte. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico qualitativo e descritivo, utilizando uma abordagem exploratória para analisar as práticas e desafios do planejamento sucessório. Espera-se que este estudo contribua para o entendimento dos fatores que impactam a sucessão familiar, promovendo descobertas significativas para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Trata-se dos resultados obtidos na pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Ciências Contábeis, no ano de 2025.

Palavras-chaves: Planejamento Sucessório. Empresas Familiares.

²¹ *Graduanda em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama/PR. mariaeduardafonseca7@icloud.com

**Graduada em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama/PR. rafarocha019@gmail.com

***Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas (CAGEEM). Docente e coordenador do núcleo de gestão da Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. prof.thiagoprado@gmail.com

4.18 QUANDO O CAMPO PLANTA O AMANHÃ: AGRONEGÓCIO E SUSTENTABILIDADE EM SINTONIA

GILMARA ALEXIA SOARES OLIVEIRA*
GEOVANNA CARMO DA CUNHA**
RENATO SERGIO FERRAREZE ***

RESUMO

O agronegócio brasileiro ocupa papel central na economia nacional. Sua relevância, porém, vai além dos indicadores econômicos: o setor tem papel decisivo nas transformações em direção à sustentabilidade. Ao mesmo tempo em que se beneficia das mudanças tecnológicas e ambientais, o agronegócio também é protagonista na implementação de práticas que conciliam produtividade com preservação ambiental e responsabilidade social. Essa dupla condição, agente e beneficiário das transformações sustentáveis, evidencia o quanto o futuro do campo depende de gestão consciente, inovação e cooperação. O avanço sustentável do setor requer visão de futuro, resiliência frente às mudanças. Projetos que estimulam o compartilhamento de boas práticas, reconhecem o mérito e incentivam o crescimento conjunto são fundamentais para um desenvolvimento rural mais equilibrado. Nesse contexto, destaca-se o Prêmio Produtor Rural Sicoob, iniciativa que reconhece e valoriza o trabalho de agricultores e pecuaristas cooperados que se sobressaem em práticas sustentáveis, gestão eficiente, inovação e responsabilidade social. O objetivo é promover a melhoria contínua na produção rural, fortalecendo o desenvolvimento do agronegócio e das comunidades locais. Assim, o prêmio consolida-se como mais do que um reconhecimento: representa um instrumento de estímulo à inovação, à cooperação e à transformação social. Ao valorizar o mérito e o compromisso com o coletivo, reafirma o papel do cooperativismo e do agronegócio como forças essenciais para um futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Agronegócio. Sustentabilidade. Cooperativismo.

^{22*}Aluna de Marketing da Faculdade Alfa de Umuarama - UniALFA. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. gilmara.alexia6@gmail.com

^{**}Aluna de Administração da Universidade Paranaense - Unipar. geovanna.cunha@sicoob.com.br

^{***}Especialista em gestão estratégica de negócios, docente da Faculdade Alfa Umuarama. Membro Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. renato_ferrareze@hotmail.com

4.19 SÍNDROME DE BURNOUT DIGITAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

ANA PAULA OLIVEIRA BECKER ALVARENGA²³

RESUMO

De acordo com Bertoncello e Borges (2015) a Síndrome de Burnout está relacionada ao estresse ocupacional, é entendida como um conceito multidimensional envolvendo três componentes principais, a exaustão emocional, a despersonalização e a falta de envolvimento pessoal, que ocorre quando os indivíduos trabalham intensamente com outras pessoas. Desta forma, o esgotamento emocional manifesta-se através da sensação de sobrecarga e baixa energia. Esta síndrome muitas vezes é confundida com a depressão, uma vez que as características de ambas são parecidas, o aspecto mais importante de diferenciação está relacionado com a sensação de impotência no âmbito laboral, ao passo que a depressão se alastra por todos os aspectos da vida da pessoa, entretanto, em alguns casos, o Burnout é seguido de um quadro depressivo (Codo, 2006). O aumento do uso de dispositivos tecnológicos, nas últimas décadas, impôs às pessoas, um estilo de vida digital que, muitas vezes pode prejudicar a eficiência e o desempenho profissional, trazendo um impacto negativo e surgindo um novo conceito chamado de Burnout Digital que está diretamente relacionado ao uso intenso de dispositivos digitais, que são acessados tanto dentro quanto fora do ambiente laboral, possibilitando uma exposição ininterrupta aos conteúdos disponíveis nos meios digitais. Este tipo de utilização pode causar o aumento de stress, cansaço, dessensibilização, perda de interesse, problemas físicos e mentais, uma vez que os indivíduos não sabem o momento de parar de se conectar a estes dispositivos (Erten e Özdemir, 2020). As consequências desta sobrecarga de informações, das demandas constantes e da sensação de nunca estar desconectado do trabalho pode ser muito prejudicial para o colaborador, causando exaustão, desmotivação, desempenho inferior e baixa produtividade no trabalho.

Palavras-chave: Estresse ocupacional. Exaustão emocional. Sobrecarga de trabalho.

²³ Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar. Docente dos cursos de gestão e de Psicologia da Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA. profanabecker@gmail.com

4.20 SUSTENTABILIDADE COMO VANTAGEM COMPETITIVA: O PAPEL DA CONTABILIDADE NA GESTÃO ESTRATÉGICA

FERNANDO VINICIUS DA COSTA^{*24}HENRIQUE DIAS RAMOS NETO^{**}SUELEN CRISTINA DE LIMA PISSINÍM^{***}

RESUMO

Nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade empresarial tem ganhado destaque no meio organizacional, tornando-se uma ferramenta estratégica essencial para o fortalecimento das empresas no mercado. Mais do que uma exigência ética, a sustentabilidade representa uma estratégia capaz de consolidar o valor de mercado das organizações, fortalecer sua reputação e atrair investimentos. Nesse contexto, as informações contábeis devem ser claras e precisas, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões sustentáveis por gestores e demais interessados (Gramacho, 2022). A sustentabilidade, alicerçada nas dimensões social, ambiental e econômica, configura-se como um dos maiores desafios globais contemporâneos e tem se consolidado como pauta essencial no campo contábil e empresarial. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e sua incorporação às práticas contábeis como instrumento estratégico de gestão organizacional. A pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamenta-se em autores como Nascimento (2011), Barbieri (2020) e Elkington (2012), além de documentos internacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e em artigos acadêmicos correlatos. Os resultados evidenciam que a contabilidade assume papel fundamental na promoção da transparência corporativa, por meio da divulgação de informações socioambientais e de governança, materializadas em relatórios integrados e na adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade – Trabalho de Divulgação sobre Sustentabilidade, especificamente a NBC TDS 01 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e a NBC TDS 02 (Divulgações Relacionadas ao Clima), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais reforçam o compromisso das empresas com a responsabilidade social, a governança e os princípios da Agenda 2030. Observa-se que a atuação contábil alinhada às práticas de sustentabilidade possibilita avaliar os impactos econômicos, sociais e ambientais, transformando-os em indicadores estratégicos que orientam a gestão organizacional. Assim, a contabilidade sustentável deixa de ser apenas um instrumento de registro para consolidar-se como ferramenta de vantagem competitiva, fortalecendo a imagem corporativa, ampliando a credibilidade e agregando valor mercadológico às organizações.

Palavras-chave: Contabilidade Sustentável. ESG. Transparência Corporativa. Desenvolvimento Sustentável.

²⁴ *Graduando em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama-Pr, fernandoenaycosta@gmail.com

^{**}Graduando em Ciências Contábeis, UniALFA, Umuarama-Pr, henrique_drn@hotmail.com

^{***}Especialista em gestão de negócios. Docente da Faculdade UniALFA Umuarama-Pr, Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas – CAGEEM. spissinim@gmail.com.

4.21 TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO

THIAGO SILVA PRADO*²⁵

RESUMO

O presente texto é um recorte das práticas de pesquisa que vêm sendo realizadas pelo grupo de pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas - CAGEEM, vinculado à Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. Desde 2023 o grupo se dedica a pesquisa sobre as relações de trabalho existentes na atualidade, em especial no cenário brasileiro, com foco na figura do trabalhador, ou seja, daqueles que vendem a sua força de trabalho para os donos dos meios de produção. As evidências colhidas pelos membros do grupo demonstram que ainda no Século XXI existem pessoas condicionadas ao trabalho análogo à escravidão, executando atividades para empregadores que, muitas vezes, priva-os de sua própria liberdade e aplicam multas por elementos básicos das condições para qualidade de vida, como, por exemplo, taxas por moradia e alimentação. Estes trabalhadores são impossibilitados de conversarem com seus familiares, acabam com seus documentos sequestrados pelos empregadores e vivem em situações totalmente precárias. Em 2025, além do levantamento empírico, o grupo também se dedicou ao estudo da obra 'O Privilégio da Servidão', do pesquisador brasileiro, Ricardo Antunes. Por meio de suas reflexões foi possível observar que o fenômeno da degradação do trabalho se espalha em praticamente todas as modalidades e que muitas vezes o trabalho que deveria dar ao indivíduo a possibilidade de sua subsistência, sobrevivência, acaba retirando tudo aquilo que gera prazer e felicidade, podendo causar doenças laborais graves, chegando até mesmo à morte. Nessa perspectiva, ressalto a relevância das obras de Ricardo Antunes para atualidade, pois para acumular cada vez mais riquezas, empresários desprovidos de racionalidade, inculcam nos trabalhadores a ideia de que o posto de trabalho oferecido é um privilégio, desejado por muitos e que por tais motivos, ao trabalhador não restam escolhas, apenas a aceitação das novas condições - precárias, degradantes, desumanas. Portanto, torna-se relevante a continuidade dos estudos feitos pelo grupo, bem como a sensibilização da população em geral, para que saibam que existem limites nas relações contratuais, os quais precisam ser respeitados, pois caso contrário, os danos podem ser irremediáveis.

Palavras-chave: Trabalho análogo à escravidão. Servidão. Precarização.

²⁵ *Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Pesquisa Capitalismo e Gestão de Empresas (CAGEEM). Docente e coordenador do núcleo de gestão da Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA. prof.thiagoprado@gmail.com